



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 052

LEITURAS SOBRE A CRISE DO DESENVOLVIMENTO

Vivien Diesel

Belém, dezembro de 1995

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 052

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

Leituras sobre a crise do desenvolvimento

Vivien Diesel

Introdução

Como a academia tem percebido e conceitualizado o desenvolvimento? A percepção e concepção de uma crise de desenvolvimento varia conforme as diferentes perspectivas de análise? Que características adquire, ou, no que consiste esta crise para as diferentes perspectivas? Como a concepção da crise (a ótica do analista) condiciona sua percepção sobre as estratégias para superação da crise? No que consistem estas estratégias propostas para sair da crise?

Um conjunto de inquietações desta natureza leva a um esforço de organização da discussão atual sobre o desenvolvimento, com a identificação de grandes perspectivas analíticas de abordagem do fenômeno .

Uma análise com estas características não poderia pretender cobrir a diversidade de perspectivas existente e nem pretender uma classificação e caracterização exaustiva e indiscutível de abordagens. Por isso pretende apenas representar uma contribuição para a compreensão da discussão que ora se estabelece, com vistas a identificar o alcance e limitações de cada uma das perspectivas, bem como as possibilidades de síntese. Capaz de esclarecer as interfaces, as complementaridade, acordos e desacordos existentes.

O pressuposto assumido no presente trabalho é que as diferentes perspectivas de análise tem relativa autonomia teórica, mas são interdependentes no plano fenomênico. A análise crítica do fenômeno de desenvolvimento, tomando por base diferentes perspectivas tem gerado uma confusão de orientações, levando a que se questionem concomitantemente, ora meios, ora fins.

A justificativa para o empreendimento de tal esforço é a conveniência de levar em conta as reflexões oriundas das experiências sociais vivenciadas no processo de melhoria de suas condições de vida. Com certeza elas são múltiplas e se torna impossível levar em conta a sua totalidade. Entretanto, não seria justificável continuar pensando em meios quando hoje alguns questionam os fins. Parece mais conveniente tentar compreender estas problematizações do processo de desenvolvimento para que, no futuro, se possa pensar o desenvolvimento de forma mais crítica.

I. O desenvolvimento enquanto fenômeno sócio-cultural

Esta abordagem enfatiza a dimensão sócio-política do fenômeno do desenvolvimento, argumentando que o desenvolvimento se constrói com base em um pacto social. Alguns analistas desta linha de abordagem enfatizam a decadência do pacto da modernidade na sua concepção iluminista com a

necessidade da constituição de novas utopias sociais e outros alertam para a necessidade de identificação do projeto utópico com a cultura de um povo (A.L. e seu projeto particular).

I.1. O iluminismo e a construção da utopia da modernidade

Por que investigar o Iluminismo?

Porque o Iluminismo remete a um movimento social, passível de localização histórico-espacial que define os traços gerais da utopia da modernidade.

Seguindo a caracterização feita por Falcon (1991), identifica-se o Iluminismo com um movimento de caráter intelectual, de natureza predominantemente filosófica, que age sobre o campo simbólico-ideológico de sua época, renovando as concepções sobre o homem, o mundo e o homem no mundo. Institui uma nova forma de pensar que motivará mudanças no campo das ações e, em última instância movimentos sociais revolucionários.¹

O homem passa a ser concebido com referência à sua natureza particular de animal racional. É colocada em destaque a racionalidade humana, valorada positivamente pois permitiria ao homem conhecer seu mundo e construir uma sociedade melhor. A "iluminação" pelas luzes da razão permite que o homem se liberte das trevas dos dogmas e preconceitos. Para Falcon (1991, p.37) :

"O movimento mental das "Luzes" repousa no pressuposto do avanço constante, historicamente necessário, de uma racionalidade que pouco a pouco 'ilumina' as sombras do erro e da ignorância. A 'razão iluminista' apresenta-se aos seus adeptos como um instrumental crítico que se dirige a cada indivíduo naquilo que possui de mais íntimo e essencial - sua consciência racional de ser humano. Mais do que convencer ou persuadir, com argumentos racionais, trata-se de trazer à tona, em cada um, essa capacidade ou essa essência racional, comum a todos: pensar por si mesmo, 'sair da menoridade para a maioridade', tal é a palavra de ordem".

A razão seria o instrumento intelectual que permite ao homem o desvelamento da verdade. Uma verdade conquistada através de um processo continuado de observação e experimentação e, sobretudo, usar a razão implica criticar, duvidar e, se necessário, demolir o estabelecido. "Tudo deve ser submetido ao espírito crítico" (Falcon, 1991, p. 37).

O mundo é desmistificado: a natureza, passível de descrição e explicação, constitui objeto sujeito a leis gerais e estáveis de organização e funcionamento.²

¹ Falcon (1991) esclarece que o termo Iluminismo é utilizado com duplo sentido, mesmo no séc. XVIII referindo-se a movimentos sociais de caráter nitidamente distintos. Coloca o autor (1991, p.17) "Sabemos agora que o Iluminismo tanto pode significar a doutrina dos que acreditam na 'iluminação interior' ou mística, a qual para outros constituía uma espécie de manifestação 'irracionalista', quanto, justo o oposto, 'Iluminismo é sinônimo de filosofia das luzes', isto é, da chamada 'iluminação racional'." O autor esclarece ainda que, partindo do sentido religioso e mítico da idéia de iluminação a tendência histórica foi a paulatina substituição da "iluminação mística" em favor da Iluminação racional.

² Neste momento histórico já é possível afirmar-se sobre o sucesso científico do modelo físico-matemático e seu potencial de conhecimento, o que muito fascina os filósofos iluministas. Estes reconhecem os méritos tanto do

É reconhecida a transitoriedade do homem no mundo e das formações sociais. Falcon (1991) menciona a noção de secularização que remete à concepção histórica de progresso. O iluminista reelabora sua compreensão sobre o homem no mundo. Primeiro, situa sua sociedade entre outras a partir de referenciais de evolução civilizatória. Segundo, reconhece as formações sociais como produto da ação humana, portanto espaço de construção possível. A história da sociedade humana, embora passível de descrição e compreensão, não tem leis imanentes e por isso pode ser inventada, residindo aí o grande papel da razão crítica aplicada: a construção de uma sociedade melhor. Motivado por esta utopia, concebida com ideal pragmático, o iluminista é, sobretudo, um crítico das estruturas sociais vigentes e por isso, para muitos marxistas, o iluminismo é um movimento intelectual a favor da burguesia, dado que legitima as transformações sociais de interesse desta classe. Assim, o iluminista inaugura as preocupações com o progresso civilizatório e, mostra-se otimista quanto aos poderes da razão que, travestida de ciência, permitiria o conhecimento e domínio das leis naturais do mundo em benefício da humanidade. Habermas assim explicita o projeto da modernidade:

(...) consiste em desenvolver, de maneira imperturbável, as ciências objetivas, a base universalista da moral e do direito, e a arte autônoma, respeitando as respectivas lógicas. Ao mesmo tempo, insiste em revelar os potenciais cognitivos, que vão se acumulando, liberando-os de suas formas esotéricas, para utilizá-los na práxis, ou seja, para uma estruturação racional das condições de vida." (Habermas apud Freitag, 1993, p.42)

I.2. A experiência da modernidade

A caracterização e a crítica da modernidade parecem vir juntas. Entretanto muitas vezes há uma ênfase na crítica outras na caracterização. O esforço de caracterização acompanha o próprio desenvolvimento das ciências sociais como um processo de descrição e explicação das características da sociedade em que se vive. Entretanto a consciência de suas especificidades frente as sociedades anteriores é mais recente. Já a crítica social é um fenômeno bastante antigo e varia talvez mais na forma do que na intenção.

A interpretação de Max Weber definiu os contornos gerais da interpretação sociológica da modernidade e por isso difundiram-se as concepções de modernização como racionalização e modernidade como racionalidade instrumental. Por esta via se estabelece a íntima associação entre a modernidade e o projeto iluminista de hegemonia da razão. Hoje, a modernidade é caracterizada a partir de diferentes óticas sobretudo devido ao interesse que desperta a partir do momento histórico em que passa a ser mais intensamente problematizada, ou seja, em que a crítica social torna-se mais severa (década de 70 em diante).

racionalismo cartesiano de Newton quanto do empirismo inglês de Locke.

Para fins de caracterização da modernidade serão apresentadas sinteticamente a abordagem de Habermas e Giddens, cujas obras apresentam um esforço tanto de caracterização quanto de crítica. Num segundo momento observam-se os trabalhos de autores que enfatizam a crítica.

I.2.1. Caracterização e crítica

I.2.1.1. Habermas

Habermas argumenta em favor de uma distinção analítica entre a esfera do mundo vivido (que inclui os subsistemas cultural, social e da personalidade) e a esfera do sistema (que inclui os subsistema do estado e da poder). Esta conformação seria produto de um processo histórico onde se observaria na esfera do sistema um processo de diferenciação interna (com a conformação de uma economia de mercado no âmbito econômico e constituição do estado racional legal no âmbito do poder) e racionalização interna de cada um destes sistemas (construindo a hegemonia da razão instrumental - preocupada com a eficácia dos meios com relação aos fins). Na esfera do mundo vivido a história levaria a um processo de diferenciação (com conformação dos subsistemas científico, ético e estético), acompanhado de um processo de autonomização que implica que cada uma das esferas passe a funcionar segundo princípios próprios: verdade, moralidade e expressividade. Para Habermas torna-se fundamental observar, sobretudo, que a modernidade veio consubstanciar a hegemonia da razão instrumental na esfera do sistema e da razão comunicativa (calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livres de coerção).³

A explicação da origem da crise se faz dentro do modelo analítico do autor. Neste sentido, identifica que a crise da modernidade cultural tem suas raízes na dissociação que se estabelece entre mundo vivido e o sistema, que torna intransparente a natureza subordinada do sistema às intenções sociais e, por outro lado, no novo processo de racionalização instrumental que penetra a esfera do mundo vivido, levando à colonização do mundo vivido pelo sistema. Habermas explora as conseqüências destes fenômenos:

A dissociação "(...) faz com que os homens modernos submetam suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal como se fossem forças estranhas contra as quais não há nada a fazer. Suas crises são percebidas e aceitas como catástrofes da natureza (...) que escapam ao seu controle.

Essa apatia generalizada reforça as tendências da dissociação, permitindo que a economia e o estado sejam controlados por uma minoria de homens de negócio e burocratas, que determinam as regras do jogo social, sem consultar a maioria.

³ A caracterização apresentada do pensamento de Habermas segue, em termos gerais, a síntese de Freitag (1993).

A segunda patologia (racionalização) decorre da primeira. À medida que o sistema vai se fortalecendo em detrimento do 'mundo vivido', ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo." (Habermas apud Freitag, 1993, p.29)

Como saída, Habermas sugere reacoplar o mundo sistêmico ao mundo vivido dando prioridade ao segundo. Para o autor a fixação de objetivos políticos e a organização da economia devem, em última instância, respeitar a "vontade geral" formada e validada nas instituições do cotidiano do mundo vivido. Por outro lado, seria imperativa a "descolonização" dos espaços do mundo vivido, o que implicaria indicar ao sistema seus devidos limites, no interior de uma sociedade moderna. Esclarece-se, portanto, que a prioridade maior é dada à liberdade, auto-determinação e auto-realização de todos os membros da sociedade, o que significaria a necessidade de sua participação na política mediante a articulação de seus interesses e vontades no interior do mundo vivido, via ação comunicativa e discursos (teóricos e práticos). Corrigidas estas patologias, retoma-se o projeto iluminista da modernidade, acrescido das correções que a experiência histórica e a reflexão crítica tornam possíveis.⁴

1.2.1.2. Giddens

Giddens (1991) inicia seu trabalho comentando que a sociologia teve muita dificuldade em compreender e caracterizar a modernidade. Isto se deveria a tendência a execução de análises unidimensionais (responsabilizar apenas um fator pela dinâmica das transformações sociais, como o capitalismo em Marx, industrialismo em Durkheim ou a racionalização em Weber) quando o meio indicado seria uma análise multidimensional no âmbito das instituições; a tendência a conceber a sociedade como fechada às determinações externas e dotada de ordem interna (dificuldade de captar as relações e interconexões que se estabelecem entre sociedades) e a tendência a não considerar a reflexividade: conhecimento-dinâmica social. Tomando esta problemática e procurando contribuir para a discussão sobre a natureza e sentido das transformações em curso na sociedade atual, Giddens (1991) elabora seu trabalho buscando uma caracterização da natureza da modernidade bem como da ordem pós-moderna.

Mesmo admitindo a existência de continuidades entre o tradicional e o moderno, o autor argumenta que:

"Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana." (Giddens, 1991, p.14)

⁴ Segue a síntese apresentada por Freitag (1993)

Marx e Durkheim e, embora percebido, o lado sombrio teria sido subestimado. Na interpretação de Giddens (1991) o que a modernidade faz é instaurar um paradoxo permanente entre segurança e perigo, confiança e risco. O autor sintetiza sua fenomenologia da modernidade na figura do carro de Jagrená:

"(...) uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos, podemos guiar até certo ponto mas que também ameaça escapar de nosso controle e poderia se espatifar. O carro de Jagrená esmaga os que lhe resistem, e embora as vezes pareça ter um rumo determinado, há momentos em que ele guina erraticamente para direções que não podemos prever. A viagem não é de modo algum inteiramente desagradável ou sem recompensas; ela pode com freqüência ser estimulante e dotada de esperançosa antecipação. Mas, até onde durarem as instituições da modernidade, nunca seremos capazes de controlar completamente nem o caminho nem o ritmo da viagem. E nunca seremos capazes de nos sentir inteiramente seguros, porque o terreno por onde viajamos está repleto de riscos de alta-consequência. Sentimentos de segurança ontológica e ansiedade existencial podem coexistir em ambivalência." (Giddens, 1991, p. 140)

Considerando-se a descrição da modernidade ilustrada pela figura do carro de Jagrená, anteriormente descrita, é passível de questionamento a tese de que a emergência da modernidade levaria a formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. O autor tece uma reflexão sobre este fenômeno ao questionar-se: - em que medida a humanidade (ênfase na unidade de análise: civilização-humanidade) como um todo pode "atrelar o carro de Jagrená" ou conduzi-lo de maneira a minimizar o perigo e maximizar as oportunidades que a modernidade oferece? Por que vive-se num mundo tão descontrolado, tão diferente daquele que os pensadores do iluminismo anteciparam? Por que a generalização da doce razão não produziu um mundo sujeito a nossa previsão e controle? Para o autor é fundamental reconhecer que muito da explicação de tal fato não residiria em falha de projeto (iluminista) ou de operador, mas sobretudo em virtude das conseqüências involuntárias e da reflexividade ou circularidade do conhecimento social. Por estas razões não seria possível apoderar-se da história e submetê-la prontamente aos nossos propósitos coletivos.

A superação do impasse colocado pela modernidade implicaria novas utopias. Giddens (1991, p.162) se pergunta: Que tipo de utopia podemos estabelecer, como projetos orientados para o futuro, que estejam vinculados aos rumos imanentes de desenvolvimento, e por conseguinte realistas?" Metodologicamente o autor tende a buscar os traços gerais das utopias nos próprios processos de renovação da sociedade existentes (confirmando sua preocupação com o realismo). Neste sentido, observa que os movimentos sociais fornecem pautas para potenciais transformações futuras, proporcionam vislumbres de futuros possíveis e são, em parte, veículo para sua realização. A conformação sintética de uma utopia social se justificaria dado o caráter de reflexividade da sociedade que faz com que o ato de vislumbrar e propagar alternativas futuras pode ajudá-las a se realizar. Giddens (1991) apresenta um esboço da configuração de uma ordem pós-moderna que, entretanto, diferencia-se do ideário pós-moderno delineado pelos pós-estruturalistas.

Participação democrática de múltiplas camadas

PAPER DO NAEA 52, DEZEMBRO 1995

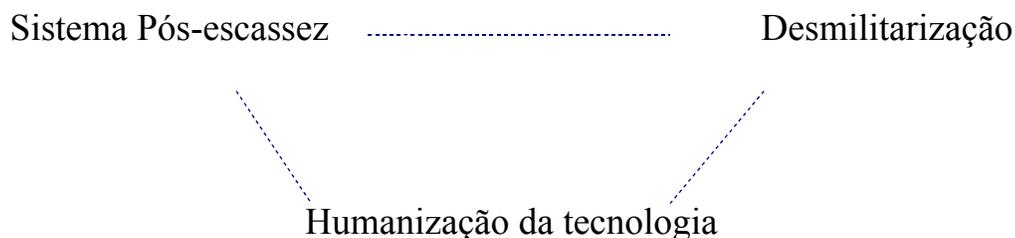


Figura 2: O perfil de uma ordem pós-moderna (Giddens, 1991, p.163)

O autor implicitamente remete à necessidade de observar as transformações sociais em curso, as quais devem ser consideradas com vistas ao delineamento de novas utopias capazes de tornar possível conduzir o carro de Jagrená por um trajeto essencialmente de menor risco.

1.2.1.3. *Outros críticos da modernidade*

Pinheiro do Nascimento (1994) procura identificar o contexto histórico de emergência da crítica à modernidade. Neste sentido, relaciona sua emergência a reação política da década de 60 e o movimento intelectual da década de 70, com a consciência dos limites da razão apropriada pelo poder e seus efeitos perversos sobre a vida na Terra. Para o autor, a crítica exprime, sobretudo, o reconhecimento do fracasso do projeto europeu da modernidade, a sua incapacidade em "civilizar" a Terra. Entre as contradições observadas na modernidade, os críticos enfatizam a perversidade da colocação do saber legítimo a serviço do Estado, contra o cidadão, a razão a serviço dos poderosos contra os fracos. Desta forma, argumenta que o projeto da modernidade não traz para a maioria dos homens a emancipação enunciada mas, ao contrário, a submissão odiada. Entretanto, o espectro de críticas é mais amplo.

Mello e Souza (1994), com vistas a caracterizar as perspectivas de análise que acompanham os termos modernidade, modernização, homem ou mundo moderno e modernismo, apresenta uma síntese dos temas e abordagens dos críticos da modernidade. Segundo sua caracterização os principais temas e traços observados na crítica são os seguintes:

1. tecem um diagnóstico pessimista sobre o estado e tendências atuais do desenvolvimento. O autor (1994, p.42) ilustra: "Os múltiplos sintomas de desagregação social, psicológica, ecológica e mesmo econômica existentes na nova cultura superam, opara este grupo de críticos, os aspectos benéficos do crescimento da riqueza material obtida podendo, a médio prazo, destruí-la." Neste entendimento, a modernidade não seria a culminância do "Bem" mas o descontrole do "Mal"...

2. não endeusam a ciência, ao contrário, a problematizam, renegando o otimismo em suas respectivas filosofias da história. Diz o autor (1994, p. 39) "Alguns levam seu desencanto com o lado negro do progresso científico e tecnológico ao ponto de vaticinar sua morte."

3. problematizam as modificações psíquico-emocionais do homem moderno passando a descrevê-lo como um ser enlouquecido pela racionalidade que, contraditoriamente, estabelece a irracionalidade social. O homem moderno seria um apêndice da máquina: matematizado, computadorizado, standartizado e robotizado⁵

4. problematizam o fenômeno da planetarização - identificam que a nova cultura simplesmente absorveu ou eliminou todas as formas culturais coetâneas, inclusive as não-letradas. Por isso as sociedades, tanto ocidentais quanto orientais, unificam-se em suas bases de vida, produção, consumo, motivações econômicas, perfil sociológico de classe e tudo o mais. E, devido ao mercado mundial são interdependentes e inter-relacionadas, fundidas num todo macro-cultural. Tal fenômeno, entretanto, assemelha-se a uma panela de pressão onde as diferenças culturais promovem conflitos e reivindicações permanentes.

5. problematizam os princípios que orientam as relações sociais - identificam que a nova cultura converge para a formação de tipos humanos narcisistas, orientados por um elenco de valores pragmáticos (que promovem o individualismo e fomentam as ambições), favorece a competição em todas as esferas da vida social e não provê nenhum sentido axiomático para a vida, deixando o homem em total desamparo...

6. questionam a lógica dominante, identificada com a "racionalidade de meios" que está relacionada à alienação no processo de trabalho e com relação ao modo de vida em si.

Em vários momentos Mello e Sousa (1994) reconhece que os críticos da modernidade apontam para a necessidade de "corrigir rumos". O conjunto de medidas propostas é bastante heterogêneo, incluindo a necessidade de despojar-se de um otimismo *a priori* acerca do futuro (legado do iluminismo), à necessidade de substituir a metafísica do infinito pela metafísica dos limites, iniciar ações adaptativas, dar início a políticas de investimento específico - condutoras de processos de desconcentração das cidades, etc... O que seria comum entre os críticos é o reconhecimento da necessidade de correções urgentes entretanto, todos sublinhariam exatamente o elenco de dificuldades para obtê-las devido ao automatismo do processo que é inerente à modernidade enquanto cultura (ou sistema) movido por lógica própria, de caráter conservador. (Mello e Sousa, 1994, p.51)

I.2.3. A especificidade da crise da modernidade em países periféricos

Calderon et al. (1994) investigam os fatores que levaram a uma conformação específica do projeto da modernidade no contexto da América Latina. Os autores lembram que os países da América Latina são

⁵ Este tipo de preocupação com os efeitos psicológicos das transformações que acompanham a modernidade (especialmente a industrialização e divisão do trabalho) já são problematizados pelos críticos do século XIX.

constituídos por grupos culturais bastante diversos. Sobretudo, o padrão de interação entre grupos é uma relação de negação da interação da diversidade e do outro. A relação de negação do outro remete à legitimidade de um processo de dominação que fundamenta-se na presumida “inferioridade” do outro e um processo histórico que distingue quem será o colonizador e quem é o colonizado (dominador e dominado no plano cultural) bem como às particularidades desta relação.

Para as elites “o outro “ pode ser tanto o estrangeiro quanto o crioulo mas a negação do outro se manifesta de maneira mais clara e sustentada na discriminação de etnias indígenas e afro-americanas.

Esta inferiorização do outro é derivada uma desvalorização de seu patrimônio cultural. Comentam os autores (1994, p.197-8):

“La dialectica de la negación tiene muchos pliegues. Desde el lado del descubridor, el conquistador, el evangelizador, el colonizador, el criollo, y finalmente el blanco, la negación parte de un doble movimiento: de una parte se diferencia al otro respecto de si mismo, y en seguida se le desvaloriza y se le situa jerárquicamente del lado del pecado, el error o la ignorancia.”

Esta desvalorização do outro (e do patrimônio cultural alheio) legitima a cultura dominante enquanto verdade sobre o mundo e os fatos, bem como as decisões tomadas por este grupo. Neste contexto, o outro desenvolve um processo de negação de sua identidade e/ou geralmente não participa dos processos decisórios envolvendo os grandes projetos coletivos e/ou desenvolve estratégias culturais de preservação da diferença. Como resultado, observa-se uma certa marginalização no plano simbólico que é acompanhada, via de regra, pela marginalização econômica, onde a “dialética da negação do outro precede a dialética da exclusão. Assim, as distâncias sócio-econômicas em muitos países da região dependem da cor da pele ou da língua.

Nos processos de modernização, as elites assumem valores universalistas de modernização, subvalorizando as identidades culturais específicas da região e imitando as elites dos países industrializados. Frente a esta situação, os grupos marginalizados que não se reconhecem nos planos nacionais, tendem a rejeitar a modernidade dado que esta se apresenta (por sua dinâmica social, tensão intercultural e incerteza) como uma ameaça às suas raízes culturais. Opõe-se à modernização, reforçando seu caráter desigual e promovendo, por fim, uma integração parcial, modernização parcial e democratização parcial.

A observação dos processos de modernização em diferentes países evidencia sua natureza intrínseca de gerador de tensão cultural - a tensão inerente ao confronto entre a tradição cultural e a racionalidade instrumental que atua nas exigências de reconversão produtiva e aumento da competitividade internacional das economias nacionais. Entretanto, o grau de tensão e integração no processo de modernização vai ser diferenciado em cada sociedade particular de forma que se afirma que

os limites da modernidade são diferentes segundo a sociedade que a vive e onde é pensada. Entretanto as tensões geradas neste processo tem sido de grandes proporções, agravadas pelas crises econômicas, levando a emergência de um significativo movimento de reafirmação de identidades culturais por grupos marginalizados. Os autores (1994, p.196) afirmam:

“Los diversos conflictos nacionales o internacionales que actualmente desgarran una buena parte del mundo en desarrollo (...) comparten un patrón: el intento de reforzar, refundar o fundar construcciones ‘identitarias’ antimodernas. Estas construcciones responden a una profunda decepción con los procesos de modernización; tales procesos son vistos por un sector importante, e incluso mayoritario de la población, como inducidos exógenamente: casi como una simple entrada en la historia del otro.”

Estas forças que opõe-se ao processo de modernização constituiriam forças que opõe-se a uma transformação necessária. Para os autores, as transformações no contexto internacional (marcado por uma profunda revolução científica e tecnológica, pela progressiva globalização dos mercados e das comunicações e por uma competitividade econômica cada vez mais baseada na incorporação do progresso técnico) tornam inviáveis os sonhos de desenvolvimento autárquico e demonstram o imperativo da inserção no mercado internacional. Esta tem como pré-requisito a modernização (racionalização instrumental, eficácia produtiva, progresso técnico e difusão do consumo de massa). Entretanto, julgam que não é conveniente persegui-la quando incompleta pois acompanhada da diferenciação crescente entre uma elite (integradas e modernas) e ampla marginalização do povo. Para tanto, em reforço à proposta da CEPAL, consideram que a modernização deve ser acompanhada de crescente coesão social, sustentabilidade ambiental e democratização. A realização de tais intentos teria como pré-requisito um processo de democratização que partiria do reconhecimento do outro como igual, com direito a voz e vez na definição e implantação da “modernidade nacional”.

Dentro da conjuntura apresentada por Calderon et al (1994) o projeto de modernidade assumiu características específicas de forma que Pinheiro do Nascimento (1994), em seu texto intitulado "Paradoxos da modernidade", argumenta em favor da singularidade da crise da modernidade em países em desenvolvimento, examinando o caso brasileiro.

Nesta análise, argumenta-se que três termos (modernidade, integração e dependência) sempre estiveram próximos e condicionaram os nossos objetivos enquanto nação: integrar o país, tornar soberano o Estado e civilizar o povo. Ao pretender “civilizar o povo”, perseguia-se o ideário utópico da modernidade. Modernização e modernismo foram os dois movimentos, simultâneos, que desencadeados no início do século, permitiram alcançar uma " certa modernidade". Entretanto, esta apresenta-se, hoje, na forma de um quadro perverso para a população brasileira em geral. Diz Pinheiro do Nascimento (1994, p.198):

A modernidade almejada como um paraíso tornou-se quase um inferno. Os nossos critérios de conduta enquanto nação se desfazem: ainda estamos integrados, mas nos desconhecemos; somos

relativamente soberanos mas, sem saber o que fazer com esta soberania, negamo-na. O processo civilizatório não conseguiu mais que arrancar nossa sociedade, traduzida no símbolo cômico da televisão em cores, presente nas favelas e nos alagados. A cultura popular é substituída por uma cultura de massa. Os valores antigos são arrasados e, em seu lugar, não temos quase nada que sirva de referência. A cultura da violência é a verdadeira face da nossa modernidade (...) O moderno, entre nós, alimenta-se da pobreza e da fome."

A partir desta colocação, Pinheiro do Nascimento (1994) argumenta que os referentes para uma crítica da modernidade no caso brasileiro e europeu são bastante distintos. Enquanto na Europa o pós-modernismo nasce de uma insatisfação com o sucesso do capitalismo ou com o consumismo desenfreado, produzindo atores sociais que se aproximam do comportamento social denominado por Merton de hiperconformismo - em que a frustração do forte desejo de identificação gera violência - no Brasil, a questão emerge do fracasso do progresso material, articulado ao insucesso de uma perspectiva de mudança social. Esta experiência teria implicações políticas uma vez que haveria provocado: "A sensação desagradável da impossibilidade de utopias, a sensação desconfortável da falência das ideologias." (Pinheiro do Nascimento, 1994, p.199) Coloca-se, assim, a necessidade política de ressuscitar ideologias como forma de enfrentar a crise e evitar a barbárie. Na falta de outras, retoma-se no plano político o projeto da modernidade. Assim, o autor identifica dois processos concomitantes no Brasil contemporâneo: o retorno ao projeto da modernidade no espaço da política e sua recusa no seio das ciências sociais na academia. Para ele, os dois movimentos tem uma mesma raiz: a recusa dos efeitos perversos da modernidade, que transparecem na atual sociedade brasileira.

I.3. Considerando a crise da modernidade...

O iluminismo inaugura uma forma de pensar o homem no mundo. Uma forma que concebe a inclusão de todos os povos num único "processo civilizatório". A difusão da razão e avanço do conhecimento viriam acompanhados da emancipação do homem e da instauração de sociedades melhores. O caminho para frente seria indubitavelmente positivo demarcando o progresso da civilização. Romper as barreiras do preconceito e da ignorância era o desafio que se colocava, então, aos primeiros iluministas...

Os críticos da modernidade, aparecem como aqueles que, durante muito tempo foram ludibriados por um sonho. Agora identificam-no como um sonho irrealizável ou um pesadelo, mas não querem deixar de sonhar. Ainda insistem em pensar **a humanidade**, abstraindo-se de suas diferenças, **um projeto**, esquecendo a matiz do tempo... Não identificam o quanto daquele sonho iluminista continha de desejos que só se explicam com referência ao contexto histórico dos atores e nem mesmo são capazes de ver que seu sonho é produto de suas angústias... Estender este sonho, um sonho, para todo espaço, todos os povos,

todos os tempos... que sentido isto tem? Pensar na retomada do projeto iluminista aparece, sobretudo, como uma recusa em reconhecer e considerar as limitações humanas... A paixão com que o tema tende a ser tratado remete ao valor vital de recuperar o sonho...

A crítica pós-moderna simplesmente esfacela teoricamente a proposta destes utópicos... Propõe uma vida sem projeção, uma vida de instante. É cética com relação a qualquer tentativa de unificação, homogeneização... Valoriza a diferença e a dinâmica...⁶ Renova, assim, o sonho de alguns utopistas, tornando-os uma "utopia realista"...

O que caracteriza, então, os críticos da modernidade é sua denúncia de que há um lugar vago no campo dos sonhos e que é necessário preenchê-lo para transformar a realidade, diagnosticada como angustiante. Alguns argumentam em favor de sonhos realistas (como Giddens) e outros pela recuperação do projeto da modernidade (como Habermas).

Quando se trabalha no campo dos sonhos realistas, há de se reconhecer as transformações em curso, para sobre elas atuar. Neste sentido, abre-se a discussão em torno da caracterização da época atual, estaríamos, já, na pós modernidade? Seria realmente este o sentido da "transição imanente que se observa"? O que seria esta tal sociedade pós-moderna?

Rouanet (1987) considerou os argumentos de diversos autores que afirmam a vigência da pós-modernidade, seja a partir da análise da dimensão social (do cotidiano, econômica e política) ou da dimensão cultural. O autor conclui que não há ruptura com a modernidade, entretanto, identificar-se-ia uma clara consciência de ruptura. Assim argumenta o autor (1987, p.268):

"Creio que o que está em jogo é o seguinte: depois da experiência de duas guerras mundiais, depois de Auschwitz, depois de Hiroshima, vivendo num mundo ameaçado pela aniquilação atômica, pela ressurreição dos velhos fanatismos políticos e religiosos e pela degradação dos ecossistemas, o homem contemporâneo está cansado da modernidade. Todos esse males são atribuídos ao mundo moderno. Essa atitude de rejeição se traduz na convicção de que estamos transitando para um novo paradigma. O desejo de ruptura leva à convicção de que esta ruptura já ocorreu, ou que está em vias de ocorrer. Se é assim, o prefixo 'pós' tem muito mais o sentido de exorcizar o velho (a modernidade) que de articular o novo (o pós-moderno). O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época que parece extinguir-se ingloriamente que o hino de júbilo de amanhã que despontam.(...) Fantasmando uma pós-modernidade fictícia, o homem está querendo despedir-se de uma modernidade doente (...)"

Para Rouanet (1987) a esperança residiria em retomar o projeto iluminista e fazer a crítica do real a partir do ideal., instaurando a neomodernidade...

⁶ Peet (1994) comenta que não existe uma teoria pós-moderna do desenvolvimento global. Foucault, por exemplo, golpeia as forças centralizadoras da unidade e da continuidade insistindo no particular, no local e no específico em lugar de no geral, no universal e no eterno. Em termos do espaço, o pós-modernismo é uma teoria de microespaços que perpetuamente desestabilizam o macroespaço e barram a formulação de discursos metaespaciais. Habermas dirige uma forte crítica a corrente pós-modernista (que inclui Bataille, Foucault, Derrida, Lyotard), a qual caracteriza como de jovens conservadores porque assume traços anarquistas, acusando a razão como vontade de dominação e não deixando espaço para a ação voltada para o entendimento e a solidariedade. (Freitag, 1993).

Identifica-se aí um campo de debate aberto, onde discute-se sobre o ato de sonhar e sobre sonhos; sobretudo sobre qual o sonho que tornado realidade pode ser mais prazeroso a todos...

II. O desenvolvimento enquanto fenômeno econômico

Esta abordagem enfatiza a dimensão econômica e preocupa-se com as teorizações macroeconômicas dos processos de desenvolvimento bem como com a elaboração de diagnósticos conjunturais para formulação de estratégias de favorecimento do processo de desenvolvimento (econômico). Neste corpo teórico assumem especial relevância os estudos sobre os países subdesenvolvidos. A unidade de análise transita entre especificidades de um grupo de países (subdesenvolvidos, em desenvolvimento, periféricos, latinoamericanos, asiáticos), um determinado estado nacional, uma realidade regional ou micro-regional, contextualizados historicamente. A presente análise enfatiza a teorização da problemática do desenvolvimento econômico em nível de América Latina.

II.1. O desenvolvimento como problemática da economia

No presente texto, inicialmente, procura-se investigar a relação da ciência econômica com as questões do desenvolvimento. Neste sentido, convém ter em conta que já com Quesnay (considerado pai da ciência econômica), os estudos econômicos foram realizados com vistas a questionar políticas públicas a partir de argumentos racionais e com fundamentação empírica.⁷ Isto denuncia seu almejado comprometimento com a intervenção em processos sociais. Dentro dos ideais iluministas então predominantes tratava-se de descobrir as leis da sociedade e racionalizar os processos sociais em função destas. Em que termos o ideal iluminista aparece no âmbito desta disciplina?

Explorando-se o conceito, verifica-se a possibilidade de definir a economia como ciência que trata da alocação ideal de recursos escassos. A racionalização é sobretudo uma racionalização no plano alocativo. Propõe-se a pensar o real e as formas alternativas de alocação de recursos. Deste modo a economia, em sua definição, demonstra estar intimamente relacionada com a intenção de intervenção na dinâmica social com vistas a uma mudança cujo sentido é previamente definido e legitimado pela neutralidade e poder da ciência.⁸

Se nos colocássemos, então, nas mãos da Economia, onde ela nos levaria? Decorre do conceito que o estado ideal é abstrato e representa aquele em que se obtém a utilização ótima de todos os recursos com a maximização da oferta de bens (quanti e qualitativamente). Neste contexto, desenvolvimento

⁷ Ver a explanação de Kuntz a este respeito.

⁸ Em torno desta definição, cria-se uma mística de neutralidade da economia no sentido de discernir a "melhor alocação". Esta perspectiva é criticada por muitos autores entre os quais Perroux (1981, p.36-40) que propõe nova definição, que reconheça seu papel social.

representaria este conjunto de transformações que leva a sociedade do estado atual (de alocação não ótima) para o estado ideal (de alocação ótima).

Posteriormente, a intensificação do desenvolvimento tecnológico pode favorecer um entusiasmo acerca do futuro pois, numa teorização abstrata, a tecnologia era concebida como instrumento para aumentar a eficiência dos processos produtivos. Como a capacidade inventiva é inesgotável, a geração de novas tecnologias poderia favorecer o processo de desenvolvimento, aumentando ilimitadamente o montante de bens e serviços que seriam gerados com uma mesma quantidade de recursos. Uma idéia positiva acerca do papel da tecnologia aparece nos trabalhos de Stuar Mill, por exemplo. Dentro deste raciocínio e possível deduzir da disponibilidade de recursos que poderiam vir a ser empregados de maneira mais produtiva⁹, e que a tecnologia viabilizaria o acesso e emprego destes recursos. Disto deriva **a percepção de que a prioridade do desenvolvimento é sobretudo a expansão das forças produtivas (da produção) mais do que a distribuição dos benefícios gerados.** O estado final de riqueza que poderia ser alcançado possivelmente não era visualizado, tantas as possibilidades do futuro.

Neste contexto, ficava definido a priori que o objetivo almejado pela intervenção econômica seria a expansão da produção, o que bem poderia ser contabilizado pela circulação monetária que traduziria a oferta de bens e serviços. A questão acadêmica se colocava então em termos de como obter a alocação ideal de recursos escassos para favorecer uma expansão econômica.

Um estado de perplexidade quanto as possibilidades do futuro, minado aqui e lá por observações precavosas, aparece subjacente aos textos dos economistas clássicos. Da exposição de Hunt sobre os clássicos, observa-se que a preocupação central destes economistas era com o **crescimento econômico continuado, especificamente com os processos de expansão econômica.** As principais discussões que se estabeleciam dizem respeito, por exemplo, à possibilidade de um crescimento continuado (tornando-se antagônicas as posições de Adam Smith x Malthus e Ricardo), sobre as pré-condições do crescimento continuado e os setores que podem promover um incremento da produção nacional. Pode-se considerar que a obra de Schumpeter representa um ponto de inflexão nesta discussão na medida em que o que lhe preocupa não são as condições de expansão da base produtiva e sim **as pré-condições de transformações qualitativas nesta**, o que pode representar a conscientização acerca da importância do desenvolvimento tecnológico. Identifica o processo de inovação tecnológica como aquele que, modificando a alocação de recursos, permite um aumento da eficiência econômica *latu senso*.

Como os neoclássicos preocuparam-se predominantemente com as questões alocativas em nível microeconômico, as questões alocativas a nível macro-social, pertinentes a discussão do desenvolvimento, permaneceram por certo tempo em segundo plano. Keynes ressaltou a importância das políticas

⁹ Há de se reconhecer a consciência acerca da finitude do recurso terra, que figura quase como exceção.

macroeconômicas e, principalmente, com isso criou condições para o estabelecimento de uma nova discussão sobre o desenvolvimento, a qual será detalhada a seguir.

II.2. Evolução dos temas e problemas do desenvolvimento latinoamericano no âmbito acadêmico

II.2.1. Dos primórdios

O pensar a especificidade latinoamericana e dos países “subdesenvolvidos” leva a uma teorização acadêmica sobre os processos de desenvolvimento x subdesenvolvimento, como um todo.

Estes esforços consolidam-se a partir da década de 30, com a incipiente formação da escola estruturalista na América Latina e nos anos 40 emerge, na América do Norte e Europa Ocidental, a escola do núcleo de modernização capitalista (que constituiu o núcleo da nova disciplina de Economia do Desenvolvimento). As motivações para tal esforço guardam elementos comuns e distintos nos diferentes espaços.

Como elementos comuns na motivação, menciona-se o fato de que ambas alcançaram seu auge nas décadas de 40 e 50 quando imperava o otimismo desenvolvimentista fundamentado na experiência histórica de reconstrução das economias européias sob os auspícios do Plano Marshall. Como ilustra Hirschmann (p.1067)

Es cierto que el éxito del Plan Marshall hizo que los economistas, los gobernantes y la opinión ilustrada de Occidente creyeran erradamente que la inyección de capital, aunada de la planeación correcta de la inversión, podría generar crecimiento y bienestar en todo el mundo.”

Além da crença na factibilidade do desenvolvimento econômico, as duas escolas aparecem com motivações intervencionistas imediatistas no sentido de apontar políticas de desenvolvimento econômico pois, sendo o desenvolvimento algo possível, cabe concretizá-lo! Esta orientação para a ação das teorias do desenvolvimento é reconhecida por diversos autores entre os quais Vandergeest e Buttell (p.690) bem como Hirschmann.¹⁰

Os elementos diferenciadores se referem a que, enquanto as preocupações que deram origem à Escola Estruturalista latinoamericana diziam respeito a elaboração de políticas conjunturais e de longo prazo para superar as crises provocadas pela Depressão de 30 e II Guerra Mundial e promover um crescimento autônomo sustentado, a outra escola nasce da percepção da urgência de políticas de promoção

¹⁰ Para Hirschmann esta orientação à ação pode ser causa de inúmeros problemas. Menciona o autor (p.1067): *El pensamiento orientado hacia la acción se destaca raras veces por su consistencia. La economía del desarrollo no es una excepción a esta regla; nació de la combinación de nuevas ideas acerca de los problemas economicos especiales de los países subdesarrollados y el deseo arrollador de avanzar rápidamente en la solución de estos problemas dentro del sistema internacional existente y mediante el uso de los instrumentos disponibles a la razón, o que se creían disponibles, como la ayuda extranjera en gran escala.”*

do desenvolvimento econômico nos países atrasados com vistas a manter a estabilidade internacional e conter a expansão do comunismo.

Também no plano teórico as duas escolas guardam semelhanças e diferenças. As semelhanças serão expostas a seguir enquanto as diferenças serão tratadas separadamente.

Para Hunt o que unifica as diferentes escolas do ponto de vista teórico é o fato de abandonar um conjunto de pressupostos neoclássicos que até então eram predominantes na leitura da realidade e elaboração de estratégias econômicas.¹¹ Assim, o conjunto daqueles que posteriormente serão denominados “economistas do desenvolvimento” coincidem, conforme a autora, nos seguintes pontos:

- na crítica aos pressupostos gerais da teoria geral do equilíbrio (mercados perfeitamente competitivos, perfeita disponibilidade de fatores e produtos, ausência de externalidades tecnológicas e pecuniárias). Ao contrário: concebem o mercado como caracterizado por indivisibilidades, externalidades, imperfeições e falhas.

- asseguram a irrealidade da tendência ao equilíbrio;
- reconhecem a necessidade da intervenção do estado para corrigir as falhas de mercado;
- vêem o desenvolvimento como um processo cumulativo;
- enfatizam a importância da industrialização,
- negam a validade da teoria estática das vantagens comparativas, como base para a determinação de políticas nacionais de longo prazo; e
- reconhecem o desemprego e subemprego como característicos das economias subdesenvolvidas e de que o trabalho deve ser mobilizado para atividades mais produtivas.

Hirschmann - referindo-se mais especificamente àquela que para Hunt

será denominada como escola do núcleo de modernização capitalista- esclarece que ela não pretende uma negação completa da validade destas teses. O que estaria em questão, outrossim, é a aplicabilidade destas teses para a realidade dos países subdesenvolvidos. O autor coloca esta posição em termos da negação do princípio da monoeconomia:

“Entiendo por rechazo de la tesis mono-económica la concepción de que los países subdesarrollados se separan como un grupo, mediante varias características económicas específicas comunes a ellos, de los países industriales avanzados, y que el análisis económico tradicional, concentrado en estos últimos países, deberá modificar-se, en consecuencia, en algunos aspectos importantes, cuando se aplique a los países subdesarrollados.”(Hirschmann , p.1057)

Em outros termos, tratava-se de argumentar que este grupo teria leis particulares no referente a dinâmica econômica. Sobretudo, convém reconhecer a importância da negação das teses neoclássicas

¹¹ Hirschmann esclarece que a aceitação acadêmica de uma crítica a estes pressupostos se fez em virtude da crise de 30 e crítica keynesiana, que lhes são anteriores, e colocaram em situação vulnerável as teses neoclássicas.

enquanto justificativa para a defesa de uma forte intervenção do estado na promoção do desenvolvimento. Por outro lado, cabe ressaltar também o relativo consenso sobre a meta a ser perseguida pela intervenção estatal. Neste sentido as duas escolas coincidiriam na ênfase à industrialização¹² e na percepção quanto a seqüência ideal das fases da mesma.

Conforme Hurtienne ambas as teorizações tinham como referência geral uma mesma descrição do processo de desenvolvimento industrial das economias nacionais européias. A partir desta, identificou-se uma “seqüência natural” das etapas para se obter um desenvolvimento industrial bem sucedido. A seqüência envolvia uma dinâmica inicial no setor de bens de consumo de massa que, ao promover sua expansão vai absorvendo maior número de assalariados que, assim, deixam a agricultura e colocam-se como mercado potencial, numa dinâmica expansiva contínua que, por sua vez, promove a dinamização do setor de bens de capital que reforça o processo de ampliação da massa de trabalhadores (e conseqüentemente consumidores) até encontrar - se um estado em que a mão de obra, escassa, se organiza em sindicatos e passa a incorporar os ganhos de produtividade (resultantes da ativação da indústria de bens de capital para resolver este mesmo problema de escassez), distribuem-se assim, os benefícios do crescimento. Dado o maior poder aquisitivo, criam-se as condições de demanda para o desenvolvimento de uma indústria de bens duráveis de consumo.¹³

Tendo este modelo como referência geral, a questão que se colocava aos teóricos seria responder porque esta dinâmica não se verificava nos países “subdesenvolvidos” e quais as medidas necessárias para implementá-la. Neste sentido, distinguem-se as argumentações das duas escolas anteriormente mencionadas: estruturalista latinoamericana e teoria do núcleo de expansão capitalista.

a) o diagnóstico da Escola Estruturalista

A leitura estruturalista é uma leitura, sobretudo, da América Latina em sua relação com os outros países, no comércio mundial. Neste sentido, Prebisch (pai da escola estruturalista) tem como referência e defronta-se com os problemas da vulnerabilidade da economia Argentina às flutuações do comércio internacional já com a crise de 30 e posteriormente com a 2ª Guerra. Este estudioso identifica, sobretudo, a necessidade de imprimir maior estabilidade à dinâmica econômica. Para tal almejava-se a superação da dependência estrutural, o que era condição, também, para uma maior autonomia na determinação da dinâmica de crescimento econômico destes países. Na sua percepção, ainda, a conjuntura futura do mercado internacional para os países exportadores de alimentos e matérias-primas era extremamente

¹² Para Hirschmann esta defesa da industrialização justifica-se tendo em vista o contexto histórico uma vez que, para o autor, as situações enfrentadas durante Depressão dos anos 30 e sobretudo a Segunda Guerra teriam evidenciado a importância da industrialização dos países subdesenvolvidos.

¹³ Teóricos da Escola da Regulação demonstrarão, posteriormente, que esta descrição sintética não equivale à realidade das fases do desenvolvimento destas economias que pretendeu descrever. Para maiores detalhes, ver Hurtienne.

desfavorável tendo em vista que não ocorria a redução dos preços dos produtos manufaturados (conforme advogavam os clássicos) e perdiam valor os produtos primários.¹⁴ Desta forma, a solução para os problemas econômicos identificados passava pela internalização da industrialização.

No entendimento de Cardoso (1993) a abordagem da escola estruturalista, especialmente da CEPAL, significou uma contribuição original à discussão que então se colocava sobre o comércio internacional, que era baseada ou nas teses de vantagens comparativas ou na interpretação marxista clássica, ambos com prognósticos favoráveis quanto ao futuro da inserção da América Latina no circuito do capital internacional. A crítica destas teses pela escola estruturalista visava, principalmente, assegurar fortes argumentos em defesa de uma industrialização destes países.

Outro tipo de argumento em favor da industrialização é mais complexo e traz subjacente a justificação da necessidade da intervenção estatal, procurando explicar porque a industrialização não ocorre “naturalmente” nos países subdesenvolvidos. Uma das teorizações mais detalhadas sobre os fatores restritivos ao desenvolvimento econômico nas economias subdesenvolvidas foi apresentada por Furtado. A interpretação de Furtado parte da história econômica destes países, procurando explicitar os elementos que restringem a expansão e principalmente as ¹⁵transformações estruturais das economias periféricas. Neste sentido, Furtado observa que o centro dinâmico de acumulação é o setor de exportações, cujo comportamento reflete a dinâmica interna das economias desenvolvidas. O investimento, nestes casos, segue a prospeção favorável ou desfavorável do setor exportador. A disposição para a realização de outros investimentos (industrialização) vai depender, basicamente, do conjunto de externalidades positivas permitidos por este setor exportador; especialmente com relação aos seguintes fatores:

- a quantidade de trabalho que o núcleo moderno emprega;
- a média salarial,
- o total de impostos pagos por empresas do setor moderno (que condiciona a capacidade de investimento do Estado),
- extensão dos gastos dos lucros e salários dentro da economia em desenvolvimento.

Por um conjunto de fatores históricos, estes indicadores tendem a ser desfavoráveis nos países subdesenvolvidos que, em decorrência, vão apresentar uma estrutura dual: um setor moderno exportador e um setor tradicional. Em virtude às condições desfavoráveis ao investimento, os capitais existentes tenderiam a migrar para fora do país. A saída para tal situação residiria em buscar formas de ativação da dinâmica de investimento que permitisse a efetiva implantação de uma indústria produtora de bens de consumo de massa que, se desenvolvendo, promoveria a consolidação de indústrias de bens intermediários

¹⁴ Para uma discussão mais detalhada em torno deste ponto ver Hunt.

¹⁵ Ver aqui a noção de desenvolvimento utilizada pela escola, que remete a ganhos de produtividade do trabalho os quais tem como pré-requisito transformações na estrutura produtiva.

e bens de capital. Para tanto, entende-se necessário resolver problemas referentes as restrições na balança de pagamentos, pequeno tamanho do mercado doméstico e inelasticidade da oferta de insumos. Conforme Cardoso (1993) o conjunto de políticas sugeridas teria apresentado uma certa adequação às mudanças conjunturais no decorrer do tempo e assim incorporaria pequenas variações. Na década de 50, insistia-se em:

- industrialização e “sadio protecionismo”;
- política adequada de alocação de recursos externos;
- programação da substituição de importações; e
- atenção especial para não diminuir ainda mais os salários, no processo de industrialização e evitar a redução da capacidade de consumo das grandes massas.

Somente ao final da década de 50 a CEPAL incorporou a idéia de integração comercial como estratégia para assegurar mercados para a produção em escala.

As idéias estruturalistas influenciaram marcadamente a elaboração de políticas públicas na América Latina especialmente de 1950 - 1965.

b) o diagnóstico da escola de expansão do núcleo de desenvolvimento capitalista

A outra escola que se consolida, ocupa espaços na discussão acadêmica e orienta a elaboração de políticas, é a chamada escola da expansão do núcleo capitalista que inclui autores com pressupostos comuns entretanto versões diferenciadas sobre a participação dos diferentes fatores na determinação do subdesenvolvimento.

Hirschmann, resgatando o histórico daquela que denomina economia do desenvolvimento- caracterizada como uma subdisciplina da ciência econômica- identifica nela traços característicos, quais sejam:

- b.1.) a negação da tese monoeconômica
- b.2) afirmação do benefício mútuo
- b.1.) negação da tese monoeconômica

Hirschmann esclarece que a economia do desenvolvimento nasce no ambiente anglo-saxão, berço da tradição da economia ortodoxa. A escola somente pode se afirmar, enquanto corpo de paradigmas distinto daqueles da economia ortodoxa tendo em vista a particular fragilidade desta naquele momento histórico, devido a Depressão de 30 e à crítica keynesiana.

Para entender o sentido da transgressão proposta pelos economistas do desenvolvimento convém considerar as proposições da economia ortodoxa à qual ela se contrapõe:

- que a ciência econômica está integrada por vários teoremas simples e, sem dúvida, poderosos, de validade universal de forma que há somente uma ciência econômica (assim como só há uma física) -tese da monoeconomia; e

- que em uma economia de mercado, todos os participantes, seja indivíduos ou países, se beneficiam de todos os atos voluntários da troca econômica (tese do benefício mútuo).

Keynes teria aberto a possibilidade de “relativizar” a validade das leis econômicas a partir da distinção entre uma economia de pleno emprego e uma economia onde haveriam um desemprego considerável de recursos humanos e materiais. Tomando por base a distinção de “tipos de economia” proposta por Keynes, um conjunto de teóricos entenderam possível e/ ou conveniente diferenciar as economias dos países subdesenvolvidos como um grupo “sui generis” caracterizado por subemprego e industrialização tardia.¹⁶

Contribuições precursoras de teóricos como Kurt Mandelbaum, Rosenstein-Rodan e Nurske apresentavam o subemprego como uma característica decisiva do subdesenvolvimento. O enfoque do subemprego rural como característica do subdesenvolvimento encontrou sua expressão mais plena no trabalho de Lewis. Para Hirschmann a importância concedida a esta característica tinha o objetivo implícito de defender-se de críticas acirradas mediante a aproximação a abordagem keynesiana. Ainda, da mesma forma que Keynes afirmou a existência de um equilíbrio macroeconômico com desemprego, estes economistas tenderam a identificar um círculo vicioso da pobreza que levaria a uma condição de equilíbrio, que pode prevalecer em condições de subemprego rural generalizado. Enquanto Keynes previa o expansionismo fiscal para superar estes limitantes, os economistas do desenvolvimento propunham uma intervenção do Estado em busca de um crescimento balanceado. Com o passar do tempo estas proposições vão ser criticadas tanto em aspectos pontuais quanto em suas teses mais gerais (Schultz critica a tese do valor zero da mão-de-obra agrícola, Hirschmann da restrição do subemprego à mão-de-obra) até a constatação de que o subemprego de recursos é característica comum a todas as economias na situação presente e/ou passada, o que retira a especificidade dos países subdesenvolvidos neste íterim.

Com relação à industrialização tardia, a problemática específica que se colocava aos economistas do desenvolvimento era explicar porque não havia ocorrido um processo “natural” de industrialização. A referência comum remete a existência a equilíbrios em torno da situação de subdesenvolvimento e por isso a necessidade de um forte “impulso” para reverter o status quo vigente. Quanto ao percurso, os defensores da monoeconomia alinharam-se em torno as teses de Rostow da existência de um padrão dinâmico para o processo de desenvolvimento enquanto os defensores da especificidade da industrialização tardia tendiam a favorecer as teses de Gerschenkron que assegurava a existência de sucessões históricas distintas e,

¹⁶ Para Hirschmann (p.1061) “(...) la pretensión de la economía del desarrollo de eruirse como un cuerpo separado de análisis y política económicos obtenía legitimidad intelectual e impulso del éxito anterior y las características paralelas de la revolución keynesiana.”

portanto, padrões variados de industrialização tardia. As discussões teóricas posteriores tenderam a reforçar as teses de padrões variados. O que vai diferenciar a percepção dos autores da década de 50, serão seus diagnósticos acerca das razões de um “equilíbrio “ em subemprego de fatores. Alguns remeterão a escassez de alguns elementos, outros a um padrão de associação de variáveis “perverso” e outros como produto de uma configuração de competição por recursos em que o país subdesenvolvido é desfavorecido. Tais especificidades serão detalhadas posteriormente.

b.2) Outro ponto comum entre os diversos autores desta linha tende a ser a aceitação da tese do benefício mútuo da troca internacional. Hirschmann esclarece que, embora houvessem evidências que possibilitavam questionar a validade desta tese, há uma tendência à sua aceitação em virtude do contexto histórico: pós guerra, com uma pré-disposição aos programas de desenvolvimento bilaterais a exemplo do Plano Marshall. Assim, este corpo que se formou, o fez sob a convicção de que: “(...) *os países industriales del centro podrían hacer una contribución importante, aun esencial, al esfuerzo de desarrollo de la periferia mediante el incremento del comercio, las transferencias financieras y la asistencia técnica.*” (Hirschmann, p.1066) Por outro lado, havia uma conveniência teórica dado que o desencadeamento da dinâmica do desenvolvimento necessitaria de “um grande impulso” que pressupõe investimentos, que pressupõe volumes de capital diagnosticados como indisponíveis nos países subdesenvolvidos. Ainda, previa-se uma íntima associação entre ritmo de crescimento e ritmo de investimento.

Além dos pontos em comum, temos a especificidade dos diagnósticos segundo a interpretação de cada autor, o que será examinado brevemente a partir da síntese de Hunt.

Dentre os teóricos desta escola, um grupo (entre os quais incluímos Rosenstein-Rodan, Nurske, Liebenstein) privilegia as análises sobre o investimento como limitante ao desenvolvimento. Neste sentido interpretam que o subdesenvolvimento é um problema derivado da falta de investimento. A falta de investimento, por sua vez, estaria relacionada a uma carência de capital ou falta de atratividade para investimento devido a: baixa renda da população (que afeta a capacidade de gerar poupança e constituir-se em mercado atrativo para investimento exterior), o capital que poderia ser usado para investimento é destinado ao consumo de bens de luxo ou em investimento improdutivo, ou existe um mecanismo de retroalimentação no sentido de conter a capacidade de investimento dado pelo aumento populacional. Dentro da perspectiva de falta de atração para o investimento, Rosenstein Rodan destacaria o pequeno tamanho dos mercados domésticos, e a falta de habilidade das empresas para confrontar-se com externalidades (positivas e negativas). De uma forma genérica, os autores compreendem que este problema poderia ser superado pela via da industrialização.

Outros autores utilizam uma explicação diferenciada, como Myrdal, que identifica uma tendência a aumento de desigualdades nos níveis de desenvolvimento tanto entre países como dentro dos países entre o setor moderno e o tradicional. Isto seria derivado de um fenômeno de causação cumulativa uma vez que os investimentos tenderiam a se dirigir sempre ao ambiente que lhe oferece condições mais favoráveis e, em situação de competição econômica, estariam sempre desfavorecidos aqueles países com piores condições iniciais. Assim se alimentaria um mecanismo de retroalimentação positiva que responde pelas diferenças desenvolvidos x subdesenvolvidos. A única forma de romper este ciclo se daria pela interferência nas forças de mercado com planejamento governamental e proteção das novas indústrias contra a competição externa. A leitura de Myint, embora com elementos diferenciados, guarda o mesmo pessimismo de Myrdal. Para o autor, a má formação profissional, estrutura produtiva baseada na pequena produção, oligopolização comercial e endividamento determinam um tipo de inserção na divisão internacional do trabalho que, por sua vez, mais reforça do que motiva para superar esta condição.

Hirschmann, em 1958, apresenta argumentação diferenciada na medida em que coloca como fator central, condicionante do desenvolvimento, a capacidade organizacional para usar e combinar recursos latentes de forma a gerar crescimento. A saída estaria na promoção de um crescimento desequilibrado, orientado para a sucessiva superação de pontos de estrangulamento, com investimentos públicos em pontos de maior “linkages”.

A abordagem que recebeu maior aceitação, e que responde inclusive pelo nome da escola, foi aquela apresentada por Rostow e Lewis e que se aproxima da leitura do desenvolvimento europeu comentada anteriormente. Nesta leitura mantém-se a centralidade da acumulação e investimento de capital na promoção do desenvolvimento entretanto, o protagonista é o empresário privado capitalista e não o estado. O processo de desenvolvimento, *latu senso*, seria o processo de transformação de uma economia dual em uma economia capitalista pela paulatina absorção de um grande setor de subsistência dominado por produtores familiares por um pequeno setor capitalista emergente, utilizando trabalho assalariado, a exemplo do ocorrido no caso europeu. Para viabilizar e dinamizar tal processo, seria essencial garantir a possibilidade de acumulação por esta classe capitalista que, por ter maiores rendas, tem também maior propensão à poupança.

II.2.2. Redefinindo as leituras sobre o subdesenvolvimento na década de 60;

do trânsito dos limites internos aos limites externos na academia e

do trânsito das políticas estruturalistas às políticas neoliberais

Como foi evidenciado anteriormente, as escolas estruturalistas e do núcleo de expansão capitalista pareciam otimistas quanto a possibilidade do desenvolvimento industrial nos países subdesenvolvidos. Sobretudo, se julgarmos que tinham como referencial o modelo de desenvolvimento europeu, explicitado

por Hurtienne, a prospecção seria de que, uma vez desencadeado o desenvolvimento, haveria a crescente incorporação das massas e uma dinâmica de crescimento econômico sustentada. Entretanto, 15 anos depois de intensos esforços desenvolvimentistas, a situação da pobreza parecia ter se tornado ainda mais grave e os indicadores macroeconômicos apontavam crescentes dificuldades de manutenção do ritmo de crescimento.

Quanto à questão social observava-se que as políticas de industrialização até então conduzidas não possibilitaram a manutenção do nível do salário real e nem puderam absorver a população economicamente ativa migrante. A população organizava-se politicamente na luta por melhor distribuição...

Quanto à questão econômica, as exportações agrícolas vinham diminuindo (o que foi interpretado como evidência da Lei de Engel, que projetava que a demanda deste setor nos países ricos seria declinante), em decorrência diminuía o valor per capita em dólares das exportações e observava-se a deterioração dos termos de intercâmbio. Sendo um quadro tendencial, a situação tenderia a se agravar. Também as novas indústrias enfrentavam dificuldades reais e sacrifícios crescentes, problemas de demanda e financiamento. Neste quadro tende-se a um desequilíbrio na balança de pagamentos, com a inviabilidade de sustentar as importações pela falta de divisas.

Este conjunto de fatos contradiz às expectativas criadas na década anterior acerca dos resultados do “desenvolvimento econômico” e colocam a necessidade de rever e redefinir as leituras sobre o subdesenvolvimento.

Uma das vozes que se ergue neste contexto é a crítica dos neomarxistas. A escola neomarxista teve sua origem com a revisão de Marx, feita por Baran, ainda na década de 50, que originou uma nova leitura do subdesenvolvimento. Neste referencial, Baran examina como se dá a distribuição do excedente entre as classes e como as classes se apropriam e usam o excedente. Observa que a classe dominante tem facilidades de acumulação em uma economia subdesenvolvida, dada a posição monopolística que assumem no mercado. A falta de um mecanismo de competição inibiria a disposição para o investimento, de forma que o excedente seria canalizado para usos especulativos e/ ou consumo de bens de luxo supérfluos.¹⁷ O resultado econômico de tal processo seria a estagnação, que caracteriza as economias subdesenvolvidas. Cardoso (1993) esclarece que Baran não acreditava que as reformas, o aumento de produtividade e o investimento de capital estrangeiro pudessem alterar drasticamente as condições de subdesenvolvimento. Entendia, outrossim, que só uma revolução socialista libertaria as forças produtivas e permitiria elevar o nível de vida das massas, através do melhor uso do excedente disponível. É este o

¹⁷ A síntese segue a explanação de Hunt (1993) sobre o trabalho de Baran

ponto central da crítica dos neomarxistas aos estruturalistas: sua desconsideração da importância decisiva das relações sociais de produção.

Outro tipo de argumentação que tem vinculação com a crítica neomarxista e o pensamento estruturalista, constrói-se a partir da crítica à tese do benefício mútuo. Esta elaboração terá como expoente mais radical Andre Gunder Frank, para quem as trocas sempre representaram perdas para os países subdesenvolvidos e a história da exploração da periferia pelo centro, é que explicaria a impossibilidade de se alcançar o desenvolvimento. Hirschmann esclarece que a crítica à tese do benefício mútuo não é nova, entretanto, a maioria dos autores que trabalhava sobre a mesma, tendia a considerar que este seria um quadro conjuntural de benefícios proporcionalmente desiguais mas não um processo estrutural e de soma zero (um ganha e o outro perde a mesma quantidade) como estava explícito nos trabalhos de Gunder Frank. Aos poucos, reuniram-se trabalhos “assemelhados” que tendiam a argumentar da importância das relações de troca e dominação política enquanto limitantes das possibilidades do desenvolvimento. Dai deriva a Escola da Dependência, que assume especial relevância em meados da década de 70.¹⁸

Hirschmann (p.1072) conclui que a crítica neomarxista elaborada na década de 60, se aproveitou da situação de crise para descrever toda a industrialização como um fracasso total por várias razões : a industrialização estava esgotada, distorcida, carecia de integração, conduzia à exploração e dominação das multinacionais aliadas à burguesia lumpen nacional, criava uma distribuição mais desigual da renda junto com um novo tipo de dependência mais perverso que nunca.¹⁹

Críticas severas às versões estruturalista e do núcleo de expansão capitalista também são difundidas por economistas neoclássicos. Estes vão criticar a política de substituição de importações como promotora de má alocação de recursos (desperdício de esforços e dinheiro).

A abordagem neoclássica concentrou-se, a partir do final da década de 60, numa crítica às políticas de substituição de importações de inspiração estruturalista. Um dos elementos centrais desta crítica refere-se a manipulação de preços feita pelo estado (pelos mecanismos de taxações e subsídios) o que fez com que os preços não refletissem a escassez relativa dos fatores e assim promovessem uma alocação ineficiente inclusive de trabalho e capital. O pensamento neoclássico assistiu, inclusive, a revisão de algumas de suas teses com a emergência das análises custo-benefício, criadas para superar algumas falhas de mercado e assim aumentar o benefício social dos investimentos públicos.

Dentre as versões sobre a realidade econômica elaboradas na década de 60 a neoclássica é que vai ter a maior receptividade, inclusive como base para elaboração de políticas públicas. Para Hirschmann isto se deve a quatro razões:

¹⁸ A descrição segue, em termos gerais, a análise de Hunt.

¹⁹ Um dos principais expoentes desta corrente, no seio da CEPAL, é Anibal Pinto.

a) a crítica neomarxista havia reduzido o número de defensores de uma política de industrialização;

b) as políticas de inspiração estruturalista, utilizadas para promover a industrialização estavam tornando-se desacreditadas pois obtinham menores taxas de crescimento com maiores problemas na balança de pagamentos e maior pressão inflacionária.

c) a prática de industrialização adotada havia produzido exageros e abusos em vários países podendo ser identificados, sem dificuldade, muitos exemplos desastrosos que comprometiam todo o esforço;

d) as atenções no momento passaram a voltar-se à experiência dos países que obtinham êxito com políticas de exportação de produtos manufaturados como Coréia do Sul e Formosa.

Sobretudo, a relativa recuperação do dinamismo do comércio mundial, a recuperação dos termos de intercâmbio a favor dos produtos agrícolas e minerais com crescimento do produto nacional e progresso técnico teria levado a um certo descrédito das versões pessimistas (estruturalistas e dependentistas) a partir de 1965 (Cardoso, 1993), o que deriva numa crescente importância das idéias neoliberais no âmbito das políticas públicas.

Uma interpretação diferenciada é apresentada por Kay, que vincula a predominância das políticas neoliberais com a dominação política de determinadas classes. O autor argumenta que a crescente importância que assumem as políticas econômicas neoclássicas, especialmente na década de 70, está relacionada a mudanças políticas na América Latina com a restauração de governos autoritários e/ou conservadores. No Brasil, ocorre o golpe militar em 1964, no Peru a experiência progressista do General Velasco é desarticulada em 1975 e no Chile o governo socialista de Allende também cai no início da década de 70. Todos estes governos derrubados eram de certa forma influenciados pelas idéias estruturalistas. Desta forma, sua queda representa politicamente a falência do modelo estruturalista. As políticas neoliberais adotadas, principalmente no período 1975-80, poderiam, desta forma, ser vistas como uma reação contra as décadas precedentes de industrialização substitutiva de importações e crescente importância do Estado nos assuntos econômicos daqueles países que tem perseguido uma estratégia de desenvolvimento voltada para dentro. O neoliberal, então, procede no sentido de desmontar a variedade de medidas protecionistas e intervencionistas que teriam sido implementadas desde 1930. Os neoliberais perseguiram a completa integração das economias nacionais dentro das economias internacionais pela remoção das barreiras no comércio e fluxo de capital. Então, a alocação de recursos seria, em última instância, determinada pelos preços internacionais e vantagens comparativas. O ritmo e direção do desenvolvimento seria determinado pelas forças do mercado internacional e não pela intervenção

governamental. Em resumo, os neoliberais perseguiram um modelo de desenvolvimento orientado para fora. (Kay, p.201)

O contexto e as críticas forçaram uma revisão das teses estruturalistas. Frente as evidências empíricas e às críticas dirigidas, a CEPAL passa a elaborar uma percepção pessimista sobre as possibilidades do desenvolvimento. Conforme esclarece Cardoso (1993), há uma tendência por parte de técnicos da CEPAL a enfatizar os fatores sociais e julgar que estes atuam de forma a distorcer ou mesmo constituem obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento econômico capitalista nos países subdesenvolvidos. Em virtude desta compreensão, a crítica social seria reabilitada no âmbito da CEPAL, a partir de estudos sobre distribuição de renda e impactos sociais do progresso técnico. Entende-se que, agindo assim, a CEPAL incorporava parte da crítica marxista mas continuava dentro de seus princípios gerais de propugnar um desenvolvimento a partir da formação de um mercado interno. A CEPAL podia refugiar-se na idéia de que seu projeto de desenvolvimento não havia sido verdadeiramente experimentado, uma vez que as reformas distribucionistas previstas não foram executadas durante o processo de implantação da política industrializante. Aos poucos a CEPAL tende a distinção de estilos de desenvolvimento, explicitando problemas sociais e econômicos que lhes serão correspondentes.

II.2.3. Década de 70: da polarização das abordagens teóricas

Hirschmann analisa que o final da década de 60 apresentou um conjunto de fatos políticos e críticas teóricas que acabaram por “desestruturar” a subdisciplina por ele definida como economia do desenvolvimento. Por um lado, não havia como sustentar a tese da especificidade das economias subdesenvolvidas dado que muitas críticas lhe foram dirigidas e era visível a tendência à diferenciação dos países “subdesenvolvidos”. Por outro lado, também a tese do benefício mútuo não encontrava mais respaldo. Entre os fatos políticos, o autor menciona a profunda desilusão de muitos economistas ao constatarem que o crescimento econômico nem sempre vem acompanhado de democracia e bem-estar. Isto teria levado certos economistas a emudecerem, outros restringiram-se aos aspectos técnicos, enquanto outros perceberam a necessidade de intervenções específicas para garantir um crescimento mais humano. Para o autor, residiria aí a origem de uma preocupação “nova” com a distribuição de renda (que será o tema dominante na bibliografia sobre desenvolvimento no início dos anos 70) e “novas abordagens” que procuram combinar os objetivos de crescimento e distribuição.

Supõe-se, assim, que na década de 70, observa-se a polarização da discussão teórica acerca do desenvolvimento em torno de três vertentes principais: a Escola da Dependência, a abordagem do crescimento-distribuição e a neoclássica.

Para entender as diferenciações internas entre as perspectivas de autores que virão a compor a Escola da Dependência, pode-se utilizar a divisão adotada por Hunt e que diferencia os autores por sua

origem: neomarxistas convertidos (Teotonio dos Santos, Samir Amim, Frank), estruturalistas convertidos (Sunkel, Furtado e Seers(?)) ou por sua posição quanto as possibilidades de superação histórica das relações de dependência: pessimistas as duas primeiras correntes e otimistas a corrente de Cardoso, Falletto e Warren(?). Conforme a interpretação da autora que vimos seguindo, desde os fins da década de 60 emergiram de muitas escolas de pensamento diferentes, um bloco de análises teóricas todas enfocando a extensão e significância da dependência internacional das economias do Terceiro Mundo. Estas refletem um forte senso de desilusão com as conseqüências da industrialização por substituição de importações. Elas foram escritas em um momento em que não somente a maioria dos países da América Latina exauriram as oportunidades fáceis para industrialização para substituição de importações, mas havia também um crescente desencantamento com a dominância de corporações multinacionais neste processo. No processo de reflexão, as preocupações teóricas se diferenciaram: enquanto os provindos da escola neomarxista vão se preocupar com a explanação da evolução e *modus operandi* do sistema capitalista como um todo, aqueles oriundos da escola estruturalista vão se preocupar com a causa última da dependência econômica (dependência cultural das elites em Furtado ou domínio das multinacionais em Sunkel). Convém destacar, entretanto, que a CEPAL, a partir da segunda metade da década de 60, passa a formular uma explicação articulada do fenômeno experimentado pelas economias subdesenvolvidas, sintetizada na abordagem da dependência estrutural. Neste sentido, identificam um movimento do capital estrangeiro no sentido de investir na periferia e que estes investimentos deram-se no setor de bens de consumo durável, fazendo com que o ciclo de acumulação tivesse de completar-se à escala mundial, ou seja, as economias periféricas industrializaram-se, porém o setor de produção de bens de capital continuou a funcionar no centro. O dinamismo derivado das inversões no mercado interno propagar-se-ia, assim, pela via das diferenças de salários e produtividade real, para o centro. Este processo é que responderia pelas dificuldades identificadas a partir do início da década de 60. A terceira corrente enfatiza a importância da dimensão política e por isso o papel das elites na manutenção do estado de dependência e portanto a possibilidade, via pacto social nacionalista, de romper com as condições de dependência no futuro. As versões em torno do problema da dependência tendem, de modo geral, a propor o “desacoplamento” da periferia para a garantia de um desenvolvimento autônomo e sustentado.

Como enfoque “intermediário” temos a escola do crescimento- distribuição que reivindica um “capitalismo mais humano”. O início da década de 70 assiste, assim, a emergência de uma abordagem do desenvolvimento preocupada com o problema da pobreza e suas conseqüências sócio-políticas. Conforme Hunt sua argumentação contrapõe-se aqueles que defendem que a acumulação prévia (no sentido de concentração de renda) é um pré-requisito para o crescimento econômico (posição de muitos economistas neoliberais) e aqueles que entendem que a única forma de superar a pobreza é pela via da revolução

socialista (neomarxistas). Vão afirmar a necessidade de certa “regulação” pelo estado com vistas a alcançar o desenvolvimento desejável, seja mediante controle de modelo de desenvolvimento ou pela simples adoção de políticas sociais de compensação. Desta forma, sugere-se uma redefinição do conceito de desenvolvimento de forma que não se resuma a um indicador de crescimento mas, represente a evolução dos índices de pobreza, distribuição de renda e emprego. A argumentação em defesa de uma política distributivista não se resume aos possíveis benefícios sociais advindos destas medidas, procura-se argumentar que delas resultam impactos econômicos favoráveis a uma acumulação sustentada (perspectiva de Leféber). O sentido da pesquisa evoluiu, então, para identificar tipos de políticas capazes de minimizar o antagonismo crescimento-equidade.

A continuidade da preocupação com o problema da pobreza, que parecia agravar-se assustadoramente na segunda metade da década de 70, levou a radicalização da proposta crescimento-equidade, com a formação da abordagem basic-needs. Esta teria emergido de uma crescente preocupação de que as políticas de crescimento com redistribuição poderiam não ser suficientes para garantir um aumento no bem-estar dos mais pobres, já que estas destinaram-se principalmente aqueles cuja renda poderia mais facilmente ser aumentada acima do limite da pobreza. Para os mais radicais, a prioridade do programa de desenvolvimento não seria mais promover o crescimento econômico mas efetivamente a distribuição de modo que no ano 2000 fossem atendidas as necessidades básicas de todos os homens. Para aqueles menos radicais, a operacionalização de um programa de desenvolvimento do tipo basic needs implicava promover serviços públicos em saúde, educação e bem-estar como uma política de formação de capital humano. Outros, seguindo Leféber, reforçavam as teses distribucionistas tendo em vista seus impactos econômicos a longo prazo. O modelo de referência tanto daqueles que procuravam crescimento com equidade como daqueles orientados para as necessidades básicas constitui-se no modelo maoista de desenvolvimento implantado na China. (Hunt)

No início da década de 70 temos, então, a coexistência das versões da dependência, do crescimento com distribuição e neoclássica. As versões mais radicais da teoria da dependência não encontravam mais sustentação dada a alta taxa de crescimento econômico experimentada pelos países então ainda julgados “subdesenvolvidos”. As versões do crescimento com distribuição, principalmente as mais radicais, eram julgadas de pouca factibilidade. Restava, então, a dominância das versões neoclássicas, asseguradas pelos regimes políticos autoritários. Assim, no plano da implementação de políticas, a América Latina assistiu, na segunda metade da década de 70, a proeminência dos discursos e das práticas de cunho neoliberal. Nos países onde foi aplicada mais intensamente (Chile, Argentina e Uruguai), as políticas neoliberais permitiram um aumento das exportações, mas acarretaram o desequilíbrio na balança de pagamentos, um processo de crescente desindustrialização, aumento do desemprego, da desigualdade de renda e da pobreza bem como um aumento da vulnerabilidade da

economia às mudanças nas condições externas. (Kay) Por isso, no início da década de 80 observa-se um crescente descrédito em torno das promessas neoliberais. Isto reacendeu a crítica estruturalista que, agora, se fundamentará numa derivação da interpretação da dependência estrutural e do “basic needs”, propondo um “novo estilo de desenvolvimento”.

II.2.4. Da década de 80: a esperança das sínteses

A crítica acadêmica que se apresenta no âmbito da América Latina no início da década de 80, procura contestar a tese do êxito absoluto da industrialização e mudança social ocorridos na América Latina, propagandeados pelos neoliberais. Para tanto, usa do recurso à existência de padrões diferenciados de desenvolvimento, denominados “estilos de desenvolvimento” cada qual estaria associado a impactos sociais e ambientais típicos. A um “estilo de desenvolvimento” é vinculado determinado padrão de distribuição de renda, padrão de organização espacial, padrão tecnológico, padrão de uso de energia e degradação ambiental, entre outros (ver Sunkel & Gligo et al., 1981). Dentro deste referencial, Cardoso (1981), por exemplo, procura denunciar a face perversa do modelo de desenvolvimento brasileiro. Este seria caracterizado principalmente por seu recurso à produção de bens de consumo duráveis com importação de tecnologia (sem internalização das indústrias de base), com recuperação mais “light” das teorias da dependência para denominá-lo como um “desenvolvimento dependente associado.” O autor denuncia a insustentabilidade econômica do modelo. Menciona que este passa a enfrentar dificuldades quando, a partir de 1974, a crise expressada pela contração do comércio mundial e a alta do preço do petróleo colocaram obstáculos de difícil superação, uma vez que o modelo implica contínua importação de tecnologia o que tem como pré requisito saldos comerciais para obtenção de divisas. Implícita na interpretação está a visualização dos modelos alternativos que possivelmente tem como elemento central a geração de tecnologia no e para o país.

Noutro momento, Cardoso (1993) ressalta as utopias embutidas neste movimento em prol de um novo estilo de desenvolvimento. A emergência deste movimento estaria relacionada a crise e crítica da sociedade urbano industrial, propugnando a necessidade e conveniência de buscar estilos alternativos de desenvolvimento. Contextualiza-se:

“Até recentemente, a indiscutível primazia da tecnologia deixava os países do Terceiro Mundo sem nenhuma outra alternativa senão copiar o modelo da civilização industrial-predatória, para assegurar sua integridade nacional (ou para manter esta ilusão) e para levar a cabo um processo de crescimento industrial que tornasse possível - talvez e no futuro...- o aumento do nível de vida de suas empobrecidas massas.” (Cardoso, 1993)

Hoje haveria plena consciência dos limitantes deste modelo e também da possibilidade de modelos alternativos. O modelo alternativo indicado teria caráter altamente utópico no plano político, incorporaria muito das discussões em torno do basic needs e da discussão ambientalista. Seria orientado pelos princípios políticos de igualdade, democracia participativa e autonomia. Em suma:

“Num esforço por expressar de forma sintética um estilo mais igualitário de desenvolvimento, que requer maior participação e controle democrático sobre as decisões por parte daqueles que sofrem suas conseqüências e, ao mesmo tempo, uma substantiva racionalidade social no emprego dos recursos, na utilização do espaço, na seleção de tecnologias e no estudo atencioso dos impactos negativos que o processo de crescimento econômico possa ter sobre o meio ambiente, cunhou-se o termo ecodesenvolvimento.” (Cardoso, 1993)

Esta síntese denuncia a internalização da questão ambiental na discussão sobre desenvolvimento. Esta aparece na forma da inviabilidade de realizar, no Terceiro Mundo, a extensão do modelo ocidental de consumo pela escassez de recursos ou, nas publicações de autores estruturalistas da década de 80, na relação entre estilos de desenvolvimento e padrões ambientais, ou na proposta eco-utópica do “outro desenvolvimento”. Entretanto, cabe perguntar em que medida a questão ambiental constitui uma preocupação em si dos teóricos do desenvolvimento ou constitui um argumento a mais em favor da desarticulação do discurso e prática neoliberal .

Por mais persuasivos que sejam os projetos do “outro desenvolvimento “não foram suficientes para vencer o poder dos grupos financeiros que, interessados no pagamento da dívida externa, ordenam a adoção de políticas de “ajuste estrutural “de caráter neoliberal, a partir de 1982. A discussão recente será exposta a seguir.

II.3. A problemática recente do desenvolvimento latinoamericano

Uma série de trabalhos tem sido produzidos recentemente, guardando grande homogeneidade temática e semelhante construção argumentativa. Este conjunto de trabalhos coincide essencialmente ao:

- considerar a situação atual dos países latinoamericanos como indicativa de crise econômica, (o conjunto de indicadores utilizados para caracterizar a crise também tende a coincidir);
- considerar a experiência coreana (dos Tigres Asiáticos) como uma experiência bem sucedida de transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento;
- enfatizar como uma das razões-chave do desenvolvimento coreano uma adequada inserção no mercado internacional;
- em decorrência do item anterior, diagnosticar como uma das causas principais do insucesso do desenvolvimento latinoamericano sua orientação "para dentro";
- embasar as estratégias de desenvolvimento na substituição de um modelo de industrialização "orientado para dentro" por um modelo "orientado para fora"; e

- conduzir a discussão em torno das pré-condições e medidas necessárias para viabilizar a citada transformação produtiva, como via necessária para desenvolvimento duradouro.

Uma outra parte dos trabalhos relacionados com esta perspectiva preocupa-se em explorar as implicações destas constatações na refutação ou renovação das construções teóricas da escola da dependência, escola estruturalista, concepção de Terceiro Mundo, etc...

II.3.1. A crise e suas relações com as transformações da economia mundial

Em seu artigo Iglesias (1991) desenvolve sua análise de forma a que a crise latinoamericana seja entendida dentro da evolução do contexto econômico internacional. Dentre as transformações do contexto da economia mundial teriam especial relevância aquelas relacionadas ao fluxo financeiro e comercial.

Neste sentido, no período 1982-90, a economia mundial apresentaria um crescimento relativamente sustentado mas modesto, restringido pelo rebrote inflacionário nas economias industrializadas, persistência de desequilíbrios de comércio e de pagamentos entre EUA, Alemanha e Japão e quebra do financiamento externo aos países em desenvolvimento. Estas condições operam no sentido de retrain o comércio internacional. Na interpretação de Iglesias (1991) o comércio internacional parece retraído como consequência do moderado crescimento econômico global, dos fortes desequilíbrios de intercâmbio comercial das economias principais, da proliferação de novas formas de protecionismo e um desvio para acordos comerciais bilaterais ou multilaterais. O setor de produtos agrícolas e manufaturas leves seria dos mais afetados pelos efeitos do neoprotecionismo, com prejuízos evidentes para a América Latina que tem nestes produtos a base de sua pauta de exportações. Por outro lado, os desequilíbrios comerciais (onde os EUA aparecem como economias deficitárias e Alemanha e Japão superavitárias), se reflete nas correntes de pagamento internacional e na direção dos fluxos de poupança em favor dos países deficitários. Assim, devido as políticas monetárias restritivas e política fiscal expansionista, os países industrializados apresentam taxas de juros realmente atrativas absorvendo o capital anteriormente destinados a investimento no Terceiro Mundo. A este processo se somaria uma sangria financeira dos países do 3º Mundo, como resultado do pagamento dos juros da dívida externa.

O conjunto destes fenômenos conformaria o contexto da crise econômica latinoamericana, onde os efeitos da transferência de recursos são agravados pela perda de espaço no comércio internacional (com implicações sobre a balança de pagamentos), corte no ingresso de novos aportes financeiros e alta dos juros no mercado internacional. As dificuldades colocadas no plano do financiamento a investimentos

dificultariam as transformações da estrutura produtiva, necessárias para reabilitar a competitividade dos produtos latinoamericanos no comércio internacional.²⁰

II.3.2. *As evidências da crise*

As evidências de uma crise econômica aparecem na década de 80 com referência aos seguintes indicadores:

a) retração do índice de crescimento econômico: de 5,6% (durante a década de 60), à 5,9% (durante a década de 70) à 1,3% (durante a década de 80).

b) a retração do crescimento aliada ao crescimento demográfico resultaria numa perda na relação produto/ habitante da ordem de 8,1% entre 1980-89.

c) insuficiência de oportunidade de emprego produtivo gerando um aumento do desemprego aberto e disfarçado;

d) deterioração das condições materiais de vida, com uma queda média do salário real da ordem de 13% e um aumento da pobreza crítica que atingiu 44% da população latinoamericana ao final da década

e) erosão das bases mesmas do desenvolvimento futuro. Neste sentido, a crise financeira implica uma redução do investimento produtivo que implica deterioração da infra-estrutura, descontinuidade ou diminuição significativa da incorporação de novas tecnologias e redução dos níveis de produção e geração de emprego.

II.3.3. *Versões sobre a raiz da crise*

No diagnóstico que é apresentado, a interpretação do fenômeno da crise tende a ser considerada como decorrente diretamente da perda de espaço no comércio internacional (o que é uma simplificação evidente). Compreende-se que este tipo de interpretação decorre dos referenciais utilizados e, neste sentido, é comum entre os autores traçar um comparativo entre América Latina e “Tigres Asiáticos”. Uma vez que estes dois blocos encontravam-se em condições relativamente semelhantes no momento T1 e nitidamente distintas em T2, pergunta-se: o que ocorreu de diferente na dinâmica destes grupos de países, que explica esta grande variação nos graus de desenvolvimento alcançados? A resposta a esta questão costuma ser, na literatura, que os “Tigres Asiáticos” teriam buscado um desenvolvimento “voltado para fora”, ou seja, integrado no comércio mundial enquanto que os países latinoamericanos implementaram um “desenvolvimento orientado para dentro”, para o mercado interno. Assim, a grande chave para o

²⁰ Kennedy (1993, p.40) tentando uma prospecção, avalia: “(...)a medida que nos aproximamos do próximo século, as economias desenvolvidas parecem ter todos os trunfos na mão - capital, tecnologia, controle das comunicações, excedentes de alimentos, poderosas empresas multinacionais - e, como se não bastasse, suas vantagens estão crescendo porque a tecnologia está destruindo o valor da mão-de-obra e das matérias-primas, os principais ativos dos países em desenvolvimento. Embora nominalmente independentes desde a descolonização, esses países são hoje provavelmente mais dependentes da Europa e dos Estados Unidos do que há um século.” Dentro desta perspectiva, a situação econômica dos países em desenvolvimento tenderia a se agravar.

desenvolvimento estaria numa participação favorável no mercado mundial. Neste sentido, as colocações são bastante incisivas: *“La inserción de la America Latina en la economía mundial se reconoce como una condición esencial para superar el estado de estancamiento de la producción, corregir la baja de los estándares de vida de la mayoría de la población y poner en marcha un desarrollo económico y social sostenido en el largo plazo.”* (Iglesias, 1991, p.48)²¹

II.3.4. Sobre como sair da crise

A discussão que se trava sobre a problemática do desenvolvimento da América Latina, então, está fortemente vinculada a noção de que há necessidade de substituir o modelo de industrialização para dentro, substitutiva de importações, com exportação de produtos primários (característico da política desenvolvimentista dos governos latinoamericanos desde 1930), por um modelo de industrialização para fora, atento aos padrões do mercado exterior, com exportação de produtos manufaturados dinâmicos (característica dos Tigres Asiáticos). Nestes termos, há uma preocupação em discutir as pré-condições e a forma de viabilizar esta transformação da estrutura produtiva.

Entre as questões que encontram-se em discussão, incluem-se:

- a) a questão da forma de inserção no comércio internacional
- b) a questão do tipo de transformação da estrutura produtiva
- c) a questão da disponibilidade de capital para a transformação produtiva
- d) a questão do papel do estado na transformação produtiva

- a) a questão da forma de inserção no comércio internacional

Para um dependentista tradicional como Andre Gunder Frank a América Latina sempre ocupou uma posição marginal no sistema econômico mundial pois incorporou-se numa condição subordinada e dependente. Entretanto, é possível observar uma flutuação cíclica da participação da América Latina dentro deste sistema. A marginalização da América Latina é, então, analisada dentro destes referenciais, observando-se uma evolução da participação que varia de 20% na época das crises econômicas e guerras mundiais à 3% atualmente. A participação do Terceiro Mundo, como um todo, oscila entre 20 -30% do total das exportações mundiais.

²¹ A maioria dos autores apresenta um diagnóstico mais complexo tanto na explicação do sucesso dos Tigres Asiáticos como para explicar a crise dos países em desenvolvimento, incluindo referência a participação de fenômenos diversos como educação, crescimento populacional, eficácia no gerenciamento de recursos, etc... Entretanto, a essência da argumentação permanece centrada na importância da orientação para o mercado externo.

Para Iglesias (1991) a viabilização de uma estratégia de desenvolvimento integrado no comércio internacional para o Terceiro Mundo teria como pré-requisito uma maior liberalização no comércio mundial, com eliminação de barreiras alfandegárias principalmente nos países desenvolvidos.

Para Frank (1993) as saídas que se apresentariam neste contexto passam pela participação em blocos político-econômicos regionais e mobilização de movimentos sociais para defesa da qualidade de vida e autonomia cultural.

Desta forma, os autores evidenciam que uma participação e resultado econômico mais favorável dependeria de condições políticas diferenciadas.

b) a estrutura produtiva como um limitante à inserção no comércio internacional

Tese: estrutura do parque industrial constitui um limitante devido à defasagem tecnológica que acarreta perda de competitividade dos produtos

A questão da marginalização recente da América Latina estaria relacionada a incapacidade do pequeno aparato produtivo latinoamericano para competir na economia mundial. O autor observa que a infra-estrutura latinoamericana, as finanças, a política e a sociedade, como a maior parte de sua cultura e ideologia se formou para apoiar a participação dos diferentes países e regiões centrais na divisão internacional do trabalho. Neste processo, a participação de muitos latinoamericanos no sistema teria servido só para despojá-los de seu mundo e de sua riqueza em benefício do norte. Com a crescente industrialização do norte o aporte do sul, incluindo a América Latina se fez menos útil. Na década de 80, alguns setores, regiões ou países da América do Norte, Europa Ocidental e Este Asiático, fizeram investimentos para melhorar sua competitividade no mercado mundial. Ao mesmo tempo, toda a América Latina, Europa Oriental, África e grande parte da Ásia não o fizeram. Além disso, por conta do pagamento dos juros da dívida, comprometeram grande parte da infra-estrutura anterior e seus recursos humanos. Em virtude destes fenômenos “(...) parecieran haber perdido el tren o el barco de la competitividad económica dentro de la división internacional del trabajo.” (Frank, 1993, p.32) Isto significaria um sério problema para estes países uma vez que “Hay sí que reconocer que no existe escapatoria posible del mercado internacional ni de la economía del sistema mundial. La desconexión de éste, recomendada por los ‘dependentistas’(incluyéndome a mi y hasta Samir Amin) no ha sido una política viable ni provechosa.”(Frank, 1993, p.32)

A conexão ao mercado internacional teria como pré-requisito a competitividade da produção, a qual decorre da capacidade tecnológica. As diferenças nesta estariam respondendo pela formação de uma sociedade dual. Para Frank (1993, p.32) “(...) este dualismo se da entre aquellos que pueden y aquellos que no pueden participar en la división mundial del trabajo. Hasta cierto punto, los que están dentro y

fuera de esta división mundial del trabajo están parcialmente divididos por las oportunidades e requerimientos del “progreso tecnológico”.

Nesta mesma linha, segue o trabalho de Goldstein (1994) argumentando que a estrutura do parque industrial se comporta como limitante à incorporação do Brasil no comércio internacional. A autora enfatiza a relação entre a política pública recente (II PND) e a implantação do parque industrial brasileiro, estruturalmente defasado.

Este tipo de interpretação vai ser, em parte, contestado pelos técnicos da CEPAL (1993) na medida em que procuram contrapor-se a crítica ortodoxa que, na sua avaliação, apresenta o parque industrial latinoamericano como reduzido à indústrias senis, incapazes de confrontar-se com a competição externa, inovação tecnológica e a modernidade. A CEPAL procura, então, explicitar os processos de renovação tecnológica e renovação estrutural do parque industrial que respondem hoje por uma heterogeneidade na capacidade de competição das indústrias latino-americanas.

A primeira fase da industrialização latinoamericana que cobre o período 1950-1970 se conforma num contexto de demanda excedente por bens duráveis de consumo e bens de capital. No âmbito das políticas públicas observava-se a adoção de políticas protecionistas (promovendo um ambiente de escassa competição externa) e de financiamento subsidiado. Estes fatores somado à outros conjunturais como carência de informações tecnológicas, carência de recursos humanos qualificados e tecido industrial precário conformam um parque industrial com as seguintes características:

- tem como eixo dinâmico as indústrias têxteis, de bens duráveis de consumo, equipamentos de uso agrícola e bens de capital de menor complexidade relativa

- estabelecimentos fabris de reduzida escala operativa, alto grau de integração vertical, com formas de organização do trabalho e relações de trabalho inflexíveis, obsolescência dos desenhos de produtos e dos equipamentos de fabricação originalmente empregados, entre outras.

Para CEPAL (1993, p.11):

“En otros terminos, la planta fabril prototipica de la industrializacions sustitutiva debe imaginarse como una entidad sumamente particular, alejada del “estado da arte” internacional e sobrecargada de rasgos ‘localistas’ que fueron bloqueando la captación de economías de escala y de especialización así como también su capacidad competitiva internacional. De igual forma, las instituciones y el marco regulatorio de la etapa sustitutiva hicieron poco para que el empresario doméstico saliera del estrecho marco del mercado local y se viera inducido a enfrentarse a los riesgos de la inovacion y a la competencia externa.”

Neste quadro, o que se observa é que embora instalado distante do “estado da arte” internacional, no que se refere a produtividade dos fatores, modernidade de mix de produtos oferecidos e grau de integração vertical, houveram esforços e aplicaram-se recursos para promover a melhoria de equipamentos e produtos, a fabricação de máquinas especiais adaptadas as suas necessidades, adequação da planta

industrial e treinamento de pessoal. Isso teria propiciado um movimento no sentido do aumento da produtividade global²² e, decorrentemente, da capacidade competitiva internacional. Isto teria implicações tanto no que se refere a possibilidade de paulatino abandono da política protecionista, como exportações de produtos de um crescente nível de complexidade tecnológica. Para CEPAL (1993, p.15):

“Podría pensarse que la capacidad tecnológica local había iniciado hacia la mitad de los años setenta un proceso de creciente internalización que fue tempranamente abortado por la gran inestabilidad macroeconómica y la caída en el ritmo de inversión que se produce en el curso de los años ochenta.”

Um segundo momento do desenvolvimento industrial se daria no decorrer dos anos 80, quando ocorre uma reestruturação do aparato produtivo com a proliferação das indústrias produtoras de bens industriais de uso difundido (margarinas, óleos vegetais, celulose, papel, petroquímica, etc) e retração no setor têxtil e metalmeccânico, que veio acompanhada de maior abertura para o exterior, concentração da propriedade, redução da participação estrangeira. O grau de heterogeneidade estrutural vigente no interior do aparato industrial cresce significativamente sendo notório o êxito relativo de alguns poucos ramos intensivos em capital, e empresas dentro dele, frente ao fracasso de outros e a contração do setor industrial quando tomado em seu conjunto. Estas plantas fabris que se afirmaram e, sem dúvida, desencadearam processos de inovação tecnológica, encontrar-se-iam completamente compatíveis com o estado da arte internacional, o que faz com que possam competir sem dificuldades no mercado mundial de produtos siderúrgicos, petroquímicos, de celulose e papel, de azeites vegetais, farinhas de pescado, produtos minerais e produtos agroindustriais.

Um terceiro movimento de reestruturação industrial estaria acompanhando as recentes estratégias políticas de abertura das economias à competição externa, desregulamentação do mercado e privatização dos ativos do setor público. Para a CEPAL (1993, p.18), ante a dificuldade de sustentar o grau de integração vertical e de organização do trabalho previamente empregados, muitas firmas produtoras de bens duráveis e bens de capital tem aumentado recentemente o componente importado de sua produção e reduzido simultaneamente a produção doméstica de insumos intermediários e os esforços de engenharia industrial dedicados ao desenho de produtos e a fabricação de protótipos, somada a importação de tecnologias ao invés de sua geração. Estas mudanças acarretariam um processo de “involução” industrial na medida que as indústrias latino-americanas destes bens (duráveis e de capital) colocam-se mais como montadoras e distribuidoras que propriamente transformadoras. Concomitantemente a este processo, afirmam-se as indústrias produtoras de “comodities” industriais de modo que a economia se reestrutura em favor dos ramos produtivos mais intensivos no uso de recursos naturais domésticos e menos utilizadores de serviços de engenharia local.

²² Para CEPAL (1993) a geração de conhecimentos tecnológicos explica boa parte do incremento de produtividade observado no período 60 -70.

Tese: ênfase na necessidade de mudança da composição estrutural do parque industrial (da pauta de exportações)

Como resultado dos processos já comentados anteriormente, há uma tendência ao crescimento do comércio entre países industriais e neste, dos produtos manufaturados dinâmicos (Iglesias, 1991). Neste contexto, a expansão do volume exportado pela América Latina foi compensada pela baixa dos preços unitários dos produtos de exportação, igual a 26% entre 1980-88. Desta forma, evidencia-se que a vulnerabilidade das exportações latino-americanas às flutuações de preço no mercado internacional e sua tendência persistente a diminuir sua participação relativa nas correntes de comércio mundial decorre da estrutura de sua pauta de exportações, que é centrada na exportação de matérias-primas e alimentos. Uma vez que é diagnosticado que o problema reside na estrutura da pauta de exportações, o autor sugere a necessidade de diversificar a estrutura exportadora, incorporando ramos da produção que gerem maior valor agregado e participem dos segmentos mais dinâmicos do comércio mundial. Como o segmento mais dinâmico é o setor de “produtos manufaturados dinâmicos”, coloca-se em evidência o papel central da inovação tecnológica no desenvolvimento do setor exportador.

A viabilização de tal propósito, entretanto, dependeria também de condições externas que, para o autor, consistiriam na abertura do mercado dos países industrializados aos produtos de exportação de maior interesse aos países latinoamericanos, ou seja, seria necessário envidar esforços de liberalização comercial..

c) a questão da disponibilidade de capital para a transformação produtiva

Iglesias (1991) considera que um dos aspectos críticos referentes às políticas de investimento se refere a mobilização de recursos da poupança. Como uma característica própria do subdesenvolvimento dos países latinoamericanos, a poupança interna gerada teria sido, em geral, insuficiente para sustentar os níveis de investimento requeridos por um ritmo satisfatório de crescimento econômico. A dificuldade financeira derivaria dos baixos níveis de renda per capita, evolução incipiente do mercado de capitais nestes países e dificuldade de obtenção de crédito externo. Este quadro seria, ainda, agravado com a transferência líquida de poupança ao mundo industrial por conta do pagamento dos juros da dívida. O montante de capitais de investimento necessários para recuperar o crescimento econômico de longo prazo, somaria , entretanto, cerca de 2x o total transferido.

d) a questão da participação do Estado na transformação produtiva

A CEPAL apresentará um esforço significativo no sentido de contradizer as argumentações não intervencionistas dos defensores do neoliberalismo. A intervenção será justificada com base no reconhecimento das falhas de mercado, especialmente no âmbito da inovação e gestão tecnológica (que tem especial relevância na determinação da competitividade frente ao mercado mundial) e com base no sucesso do intervencionismo nos novos países industrializados do sudeste asiático (especialmente Coreia). Em termos da competitividade industrial, haveria de levar em conta as diferenças nas condições dos diferentes setores ou ramos. Desta forma a CEPAL (1993, p.21-2) argumenta:

“(...) en nuestra opinión la política industrial de años venideros deberá actuar al menos en tres direcciones perfectamente definidas. La primera de ellas se refiere a la pérdida relativa de competitividad y la gradual involución de las industrias prototípicas de la primera fase sustitutiva, esto es, las de durables de consumidores y bienes de capital. Cómo volver a recobrar mejores niveles tecnológicos relativos y mayor valor agregado doméstico en estas ramas de industria constituye un desafío mayúsculo en relación al cual serán necesarias nuevas acciones de política industrial que trasciendan los límites de lo que el mercado, librado a sus propias fuerzas, parecería estar en condiciones de ofrecer en la actualidad. Una segunda dirección en la que será necesario actuar se refiere a la consolidación de las ramas industriales de proceso, elaboradoras de commodities de uso difundido. Aquí los temas centrales son de calidad y costo de las materias primas disponibles localmente y de los servicios básicos de energía, transporte y telecomunicaciones que cada país esté en condiciones de ofrecer. Nuevamente, no resulta difícil ver que existe en este plano un sin número de temas que reclaman acciones explícitas de la autoridad económica. Finalmente, una tercera línea de nuevas demandas regulatorias y de intervención de la autoridad económica está asociada a la gradual corrección de los efectos negativos de los programas de apertura de la economía y privatización de los activos del Estado, acciones que han introducido un nuevo conjunto de preguntas en lo que a eficiencia microeconómica y equidad distributiva se refiere. También aquí el rol regulatorio es mas que evidente como para que se lo siga postergando.”

II.3.5. Sobre a plausibilidade da “via Coreana de desenvolvimento”

Kennedy (1993) desenvolve uma análise onde procura identificar os países mais e menos aptos para enfrentar com sucesso as transformações em curso da sociedade global. Observa que os países do extremo oriente vem sendo bem sucedidos neste processo e tem perspectivas promissoras. Pergunta-se então sobre a viabilidade de sucesso a partir da “imitação” das estratégias destes países, ao que responde:

Embora a idéia de uma estratégia mista seja fascinante, como poderiam os países da África ocidental ou central imitar o Extremo oriente sem um aparelho de ‘Estado forte’ e quando tem uma frágil tradição de cooperação entre governos e empresas, resultados educacionais muito baixos e um conjunto diferente de atitudes culturais quanto ao tamanho da família e à economia internacional? Sendo o cenário mundial menos receptivo aos que agora chegam à industrialização, qual a probabilidade de que eles alcancem o mesmo grau de êxito das NIES asiáticas quando estas ‘deram arrancada’ a 25 anos atrás? Ainda que, por um milagre econômico, os cinquenta países mais pobres do mundo adotassem o estilo coreano de crescimento industrial voltado para a exportação, não iriam criar a mesma crise de superprodução que hoje existe nos mercados de produtos primários? (Kennedy, 1993, p.41)

No mesmo sentido, mas partindo de referenciais completamente distintos e considerando que as formas que viabilizam qualquer via de adaptação dependem de condições históricas específicas, Goldstein (1994) defende a necessidade de uma interpretação histórico-estrutural no estudo das alternativas para a problemática do desenvolvimento latino-americano.

II.3.6. Outras versões sobre a origem da crise

Hurtienne parte do referencial teórico da Escola da regulação para fazer uma leitura dos processos de desenvolvimento europeu, explicar as mudanças observadas na dinâmica do comércio internacional e interpretar os limitantes do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro no período pós 50. Para o autor, o que se observa no caso brasileiro é uma tentativa de imitação do modelo fordista que, entretanto, não o incorporou em sua totalidade, gerando os desequilíbrios que são subjacentes à crise atual.

A leitura regulacionista da dinâmica do desenvolvimento das economias nacionais européias indica que após a década de 50 os países tenderam a um crescimento autocêntrico, que teve como base dinâmica o setor de produção de bens de consumo duráveis voltados para atender uma demanda do mercado interno, derivada dos ganhos salariais vinculados aos aumentos de produtividade do trabalho. Esta configuração de expansão econômica vinculada a distribuição dos ganhos de produtividade entre os assalariados constitui a essência do modelo fordista. A relativa autocentricidade deste modelo, somada à modernização da agricultura (que permitiu o abastecimento alimentar), mudanças na estrutura da demanda, entre outros, explica as mudanças ocorridas no sentido do fluxo comercial e na composição das trocas, com tendência a marginalização dos países subdesenvolvidos tanto nas funções de abastecedor, consumidor ou local de investimentos. Este processo, entretanto, teria impactos sócio-econômicos diferenciados, resultado das diferentes condições históricas e diferentes formas e estruturas pelas quais o consumo fordista e seu modelo de acumulação tem penetrado os vários países desde 1945. Neste sentido, Hurtienne distinguiria 4 grupos:

1) dos países com economia exportadora de produtos primários, cuja elite absorve o modo fordista de consumo mediante importação de bens duráveis (ex. países da África

2) dos países que constituíram o setor de indústrias de bens de consumo de massa, dominado por empresas estrangeiras e operam no país a “montagem” de bens duráveis. Nestes países o consumo fordista se expandiu mas, mesmo assim, ficou restrito a uma pequena parcela da população.

3) dos países que promoveram uma transferência extensiva do modo de acumulação fordista e promoveram uma mudança na estrutura de consumo dos trabalhadores urbanos. Caso brasileiro - discutido posteriormente com maiores detalhes.

4) dos países que constituíram um setor produtor de bens duráveis orientado inicialmente à exportação. Ex. Coreia do Sul.

Nesta interpretação, o caso brasileiro constituiria um exemplo de uma industrialização imitativa do modelo fordista de acumulação, precipitada e sem suas correspondentes formas de regulação. Para entender melhor a origem da crise de realização ocorrida no caso brasileiro convém observar as características intrínsecas da dinâmica de acumulação fordista. Neste sentido, a experiência europeia demonstra que a base da sustentabilidade da acumulação está nos aumentos de produtividade que, baixando os custos de produção permitem proporcionar ganhos salariais e mesmo diminuição do preço dos produtos sem queda da margem de lucro. Estes ganhos salariais, por sua vez, serão utilizados para fins de consumo aumentando o consumo e assim provocando uma dinâmica expansiva especialmente no setor de bens duráveis, dada a mudança na estrutura da demanda. No caso brasileiro a indústria fordista teria se estabelecido sem a correspondente dinâmica de aumentos de produtividade dado que não se observou satisfatório desenvolvimento da capacidade técnica nacional. Sobretudo, não haveria um repasse dos ganhos de produtividade aos salários ou política de distribuição de renda (carência do modo de regulação correspondente) o que determinou uma crise de realização logo que se atendeu o restrito mercado assegurado por uma política altamente concentradora de renda.²³

II.4. Dos limites das interpretações

II.4.1. Da validade das versões

Há um relativo consenso entre os estudiosos da teoria do desenvolvimento de que não existem, hoje, modelos explicativos amplamente aceitos para interpretar os fenômenos do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Por um lado, as versões até o momento elaboradas tem recebido inúmeras críticas. Boudon & Bourricaud (1993, p.138), por exemplo, consideram as teorias desenvolvimentistas como “enganosas”. Os autores vão explicitar os limites destas teorizações ao mostrar que:

a) estas teorias tem diagnósticos incompatíveis entre si: referindo-se à mesma realidade, algumas (como a teoria do círculo vicioso da pobreza) alegam que a capacidade de poupança é nula em virtude da insuficiência das rendas enquanto outras (como a do efeito demonstração) supõe que existem excedentes infelizmente canalizados para o consumo de luxo ou ostentatório. Inúmeras seriam as outras incoerências identificadas;

b) freqüentemente as teorizações não são compatíveis com os dados históricos: enquanto os teóricos da economia do desenvolvimento pressupunham uma falta de dinâmica de crescimento nos países

²³ Apresenta-se aqui uma simplificação de um processo todavia mais complexo, detalhamento do qual pode ser encontrado em Hurtienne (1989?)

subdesenvolvidos (e a noção de equilíbrio das economias tradicionais expressa isto muito bem), os dados históricos mostravam que os países da América Latina cresceram mais depressa que os EUA no período 1920 - 1953;

c) freqüentemente são etnocêntricas: os autores (1993, p.138) explicam:

“(...) constituem freqüentemente generalizações apressadas construídas a partir de processos particulares observados em contextos datados e situados. São muitas vezes impregnadas, nas palavras de Piaget, de um indiscutível sócio-centrismo: as sociedades tradicionais devem, supostamente, colocar-se com atraso, na trajetória evolutiva da qual o desenvolvimento histórico das sociedades industrializadas indica a direção.”

Em reforço à argumentação das debilidades de correspondência empírica, pode-se mencionar que a re-leitura dos teóricos da escola da regulação sobre o processo de desenvolvimento industrial na França e Alemanha evidencia uma descrição bastante diferenciada daquela utilizada pelos primeiros economistas do desenvolvimento como demonstrativa do padrão geral do desenvolvimento industrial. (Hurtienne)

Da mesma forma, certas teorizações ousaram previsões que não se confirmaram e por isso caíram em descrédito. Este é o caso clássico da teoria da dependência que previa a impossibilidade do desenvolvimento dos países periféricos e que foi refutada a partir da evidência do desenvolvimento dos Tigres Asiáticos, por exemplo.

As experiências históricas de intervenções desenvolvimentistas cuidaram de refutar a validade de outro conjunto de teses. Assim, as versões em geral, receberam críticas, foram abandonadas ou experimentam uma revisão. Por exemplo, muitos ainda argumentam da validade da teoria da dependência para a explicação dos problemas do desenvolvimento enfrentados pelos países menos desenvolvidos. Não se trataria de retomar ortodoxamente as versões já elaboradas. Propõe-se utilizá-la superando algumas de suas limitações (Kay) e/ou adequando-a em relação às “modalidades de dependência” predominantes (Goldstein). Esta necessidade de retomar o modelo interpretativo da teoria da dependência se justificaria principalmente porque o paradigma neoclássico não parece apto para tratar dos problemas de pobreza, desigualdade e subdesenvolvimento. (Kay, p.214) Outros propõe uma revisão que busque uma nova síntese que resgate o real potencial explicativo de algumas versões (como os modelos de Prebisch) e proceda uma integração de diferentes versões (da modernização com sua ênfase nos fatores internos e da dependência com sua ênfase nos fatores externos)(Hurtienne). Outros procuram, a partir das experiências de intervenção desenvolvimentista, identificar os condicionantes do sucesso de tal ou qual estratégia.(Senghaas). Mesmo Boudon & Borricaud (1993), que tecem as severas críticas anteriormente mencionadas, reconhecem que as teorias do desenvolvimento não são meros produtos ideológicos e tendem a ter uma certa correspondência empírica uma vez que são, em parte, fundamentados na experiência. Por isso, ampliam a capacidade de compreensão dos processos de mudança e

desenvolvimento. Para entender, então, as razões de sua vulnerabilidade haveriam de se considerar suas limitações no plano metodológico.

II.4.2. As dificuldades metodológicas

Este texto procura identificar as argumentações daqueles que consideram que os modelos metodológicos utilizados para a elaboração das teorias do desenvolvimento são questionáveis e que isso explicaria grande parte das dificuldades de legitimidade das teses elaboradas por estes autores.

II.4.2.1. Limitações no potencial explicativo

Argumenta-se que as deficiências nas versões explicativas das causas do subdesenvolvimento derivariam de falhas metodológicas no processo de descrição da realidade. As descrições dos teóricos do desenvolvimento tenderiam a ser demasiadamente reducionistas e pressupor relações lineares onde as não lineares predominam. Qual a pertinência desta crítica? Para responder tal questão investigar-se-á sinteticamente os pressupostos orientadores das diferentes descrições.

a) a descrição para os neoclássicos - os modelos tendem a ser os mais reducionistas e lineares. A interpretação tende a buscar a compreensão dos fenômenos de causação com identificação de variáveis dependente e independente cuja relação pode ser descrita por leis gerais universais. Assim, por exemplo, haveria relação linear entre quantidade de investimento (variável independente) e quantidade de crescimento (variável dependente). Por outro lado, a variável investimento dependeria da poupança e motivação para investimento. O ritmo de crescimento seria em última instância determinado pela poupança e motivação para o investimento. Presume-se que as intervenções intencionais podem modificar qualquer uma das variáveis independentes levando as variáveis dependentes até o estado desejado. Os problemas são interpretados como estados indesejáveis das variáveis dependentes e por isso levam a investigar qual das variáveis independentes está inibindo um comportamento mais favorável (condição ausente).

b) a descrição para a maioria dos economistas do desenvolvimento (correspondente aos teóricos do núcleo de expansão capitalista) Partindo da identificação de “padrões de associação de variáveis”, extrapolam a simples identificação da existência de correlações empíricas, identificando processos de determinação causal do tipo reprodutivo (termo utilizado por Boudon & Borricaud, 1993). O exemplo paradigmático do processo reprodutivo estaria representado na explicação do círculo vicioso da pobreza, de Nurske, onde:

- produtividade baixa acarreta renda baixa
- renda baixa acarreta impossibilidade de poupança
- impossibilidade de poupança acarreta impossibilidade de acumulação

- impossibilidade de acumulação leva a investimento irrisório e então mantém-se a baixa produtividade.

Princípio da condicionalidade recíproca (interdependência) onde o estado de a depende do estado de b o qual depende do estado de a.

c) a descrição para os marxistas parte da organização estrutural da realidade onde o determinante em última instância são as relações sociais de produção que, sob o capitalismo se apresentam de uma forma tal que motivaria certos comportamentos que levam a uma dinâmica histórica previsível. Qualquer versão implicaria identificar o papel da parte na história do todo, o que lhe determina as características. Cabe identificar, sobretudo, o pressuposto de uma regularidade no padrão dinâmico.

d) a descrição apresentada por Hirschmann tende a ser orientada por um modelo mais complexo que os anteriores dado que:

- reconhece a existência de padrões de associação de variáveis (uma organização estrutural ou sistêmica da realidade) entretanto observa que não há a possibilidade de estabelecer leis universais quanto ao padrão de relações e conseqüentemente quanto ao estado de duas variáveis dado que estas se modificam conforme o contexto, chegando ao caso de observarem-se contradições lógicas;

- o segundo ponto em que Hirschmann avança diz respeito à ênfase na não linearidade das interações entre variáveis, onde recorre ao termo “linkages” para referir-se ao impacto não linear sobre uma estrutura a partir da modificação de uma variável.

Mesmo com os avanços permitidos pelas formulações de Hirschmann, os modelos mostram-se insuficientes para compreender processos complexos tais como as causas do subdesenvolvimento. Muitos autores argumentam que a base desta insuficiência está na unidimensionalidade destes modelos que tendem a enfatizar ou restringir-se à dimensão econômica quando principalmente variáveis sociais e políticas deveriam ser consideradas para uma explicação mais pertinente. (Senghass, Hurtienne) Assim, haveria necessidade de buscar modelos alternativos com maior capacidade de apreender a complexidade da realidade e por isso com maior poder explicativo.

II.4.2.2 Limitações para apontar estratégias de intervenção válidas

Tal aspecto está relacionado a possibilidade de estabelecer prospecções confiáveis. Como procedem os teóricos do desenvolvimento para a seleção de estratégias?

a) neoclássicos - o processo lógico implica a manipulação da variável independente de modo a provocar o comportamento desejado na variável dependente. O tipo de manipulação que deve ser realizada é identificado a partir de uma lei universal sobre o padrão de comportamento da variável dependente em condição de mudança da variável independente. No que se refere especificamente à explicação do

subdesenvolvimento, há tendência a considerar que uma variável exerce o papel de “limitante” de um processo. A alteração de seu estado representaria o fim do “estrangulamento” e a instauração do “processo normal”.

b) economistas do desenvolvimento - os processos reprodutivos tendem a ser considerados como barreiras ou pontos de estrangulamento, que devem ser analisados e eliminados. Uma vez reduzidos os pontos de estrangulamento, aparecem efeitos cumulativos que impulsionam as sociedades no processo evolutivo (Boudon & Bourricaud, 1993) Há uma tendência a considerar a necessidade de uma substituição de um sistema por outro uma vez que pequenas intervenções em variáveis determinadas não seriam suficientes para romper a tendência a reprodução do equilíbrio com atraso. Residiria aí a base do desenvolvimento balanceado ou “big push” (intervenção de intensidade suficiente capaz de romper com a tendência ao equilíbrio e determinar nova dinâmica).

c) neomarxistas - propugnam que a mudança da parte só pode ser efetivada com a mudança do todo, do sistema. Entretanto, tende a interpretar que as relações sociais estão na base da estruturação do sistema e que a modificação destas desencadearia uma dinâmica diferenciada.

d) Hirschmann - as formulações deste autor indicariam para a necessidade de maior consideração aos condicionantes históricos-contextuais específicos que explicam porque não se verifica a dinâmica esperada.

Nas colocações apresentadas observa-se uma tendência, implicitamente, a admitir uma lei acerca da dinâmica do desenvolvimento econômico. Boudon & Bourricaud (1993) permitem compreender um pouco melhor esta questão. Os autores (1993, p.138) explicam: “As ideologias desenvolvimentistas oriundas da nova ordem mundial nascida após a Segunda Guerra estão também, ao seu modo, à procura das ‘leis da história’.” Isto seria referendado tanto em virtude do contexto histórico que, cada vez mais promovia a “ocidentalização” do mundo e neste processo ficavam evidentes semelhanças nos processos de mudança cultural e econômica quanto devido a persistência dos paradigmas historicistas e evolucionistas herdados do século XIX. Assim:

“Como os marxistas do século XIX e os neomarxistas do século XX, os ‘desenvolvimentistas’ tem forte propensão para procurar ‘leis’ de mudança, para concebê-las como rigorosas, como ‘leis’ que traduzem processos evolutivos lineares, se não reprodutivos ou repetitivos, e de aplicação geral. Mesmo quando admitem a existência de modelos particulares de desenvolvimento, querem, por trás das singularidades, achar as generalidades”. (Boudon & Bourricaud, 1993, p.139)

As críticas que são dirigidas procuram evidenciar a impossibilidade de estabelecer leis de relação entre variáveis e padrões dinâmicos de mudança. A existência de leis condiciona o poder de previsibilidade. Sua relativização implica menor poder de previsão.

A existência de um padrão “normal” de relação entre as variáveis foi criticada por Hirschmann. Como comentam Boudon & Bourricaud (1993, p.139):

“Hirschman, por sua vez, mostrou a partir de múltiplas análises de situações concretas que os efeitos secundários (linkages) de mudanças ocorridas em um ponto das estruturas sociais são muito dependentes do contexto no qual essas mudanças aparecem. Algumas dessas mudanças provocam efeitos de reação em cadeia. Outras aparecem tardiamente como bombas de efeito retardado. Na Índia, os programas de irrigação lançados na véspera da Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que se podia intuitivamente esperar, mas, por razões que é possível, a posteriori analisar e compreender, abalaram as estruturas sociais das aldeias que não dispunham de terras inundadas e reforçaram as das aldeias ‘úmidas’”.

Em contraposição a este tipo de pressuposto, Hirschman propôs o uso de uma metodologia holística, sistêmica e evolucionária. Holística porque enfoca primariamente as relações entre a parte e o todo. Sistêmica, porque as partes formam um todo coerente e só podem ser entendidas em termos do todo e evolucionária porque as mudanças nos padrões de relação são vistas como a essência da realidade. Em virtude destes pressupostos Hirschman mais de uma vez teria demonstrado sua desconformidade com a aplicação de leis universais que não levam em conta as particularidades da sociedade que está sendo descrita. A explicação de qualquer evento implicaria identificar seu lugar num padrão que caracteriza o processo de mudança que está ocorrendo no todo. Seu trabalho tende a considerar as especificidades históricas, políticas e econômicas de cada país para explicação de um fenômeno. (Wilber & Francis, 1986)

O segundo ponto que vem sendo alvo de críticas é o pressuposto da existência de leis (padrões normais) de mudança social (principalmente a compreensão evolucionista do desenvolvimento social). Boudon & Bourricaud (1993) esclarecem que tal procedimento tem suas origens no historicismo. O historicismo (lato sensu) é definido pelos autores como coincidente com a família das teorias que propõe ser a mudança social sujeita a leis evolutivas ou a leis cíclicas ou a regularidades rítmicas ou a leis reprodutivas. Stricto sensu remete a uma doutrina ou a visão segundo a qual a mudança social ou o desenvolvimento histórico obedecem a leis incondicionais de sucessão que dão à história uma direção ou um sentido (o que o aproxima do evolucionismo). Guardam em comum o postulado da sucessão necessária e, portanto, natural... Sua origem remete ao final do século XIX e início do século XX quando a crença na possibilidade de desvendar as leis gerais da história animou os cientistas sociais. Recentemente o historicismo vem sendo questionado na forma de crítica às teorias estruturalistas. Estas teriam negado a capacidade transformadora do sujeito, que para os críticos não é só objeto da história, mas sobretudo agente nela. (Dosse, 1994)

Cada vez mais, os críticos insistem em afirmar que o mundo social é complexo e contraditório, tanto que qualquer ação terá conseqüências complexas, contraditórias e desconhecidas (imprevistas) (Vandergest & Buttell, 1988) Afirmando também que mesmo que existam tendências de dinâmica estrutural e/ou regularidades nos padrões de mudança, estas dificilmente podem ser utilizadas para fins de prospecção dado que representam antes tendências que determinações. (Boudon & Bourricaud, 1993).

Considerando estes aspectos, Vandergeest & Buttel (1988) vão propor que os modelos gerados pela ciência sejam considerados “tipos ideais” os quais são úteis para entender a realidade (tem grande valor heurístico) mas de modo algum representam a realidade em toda a sua complexidade. Neste quadro a elaboração de políticas dependeria, sobretudo, de uma maior consideração das especificidades verificadas no plano empírico da realidade sobre a qual se fará a intervenção (as estratégias devem emergir do caso e não ser definidas a priori com base em regularidades pressupostas).

Dado o conjunto de críticas a que tem sido sujeitas as generalizações de leis a priori há uma tendência entre os teóricos do desenvolvimento a distinguir leis de menor alcance, válidas para um grupo, um tipo. O princípio da elaboração de políticas, então, passa a ser a comparação das dinâmicas dentro de um tipo, distinguindo os fatores de diferenciação. É dentro desta lógica que procura-se argumentar em favor da adoção de estratégias deduzidas a partir da experiência coreana. O pressuposto é que no momento t1 ambos os países (Brasil e Coréia) faziam parte do mesmo grupo e que houve evidente diferenciação em favor da Coréia. De toda forma esta argumentação parte do pressuposto de que as medidas sucessivas adotadas desencadearão o mesmo conjunto de efeitos no transcorrer do tempo, sendo que em cada momento deve ser perseguido “o modelo” coreano. Entende-se que este tipo de argumentação teria três deficiências fundamentais:

1) nunca duas realidades (dois países, por exemplo) são exatamente iguais em todos os aspectos. Serão considerados “iguais” a partir da constatação de semelhança em um conjunto restrito de fatores “relevantes”. Fatores não considerados (em que os países podem diferir) podem ser decisivos para determinar dinâmicas diferenciadas no tempo. Ex: a questão da “cultura do trabalho” na Coréia que é muito diferente do caso brasileiro.

2) há de se considerar que a dinâmica da transformação histórica observada é produto da interação de fatores internos e externos. Uma intervenção que teve resultado x, poderia ter resultado y, se o contexto externo fosse distinto. Ex.: no caso da Coréia se verifica que a dinâmica observada guarda grande dependência da conjuntura do comércio internacional. O Brasil adotando a mesma estratégia num contexto diferenciado do comércio internacional (momento histórico distinto) dificilmente obterá mesmos resultados que Coréia.

3) a identificação do fator responsável pela diferenciação é sujeita a inúmeras controvérsias e passível de uso ideológico. No caso da comparação Brasil - Coréia, o exemplo coreano tem sido utilizado para justificar tanto a necessidade de uma retirada do estado da economia (posição defendida pelos neoliberais) quanto para justificar uma forte intervenção do estado (CEPAL e Goldstein, por exemplo).

Considerações Finais

A modernidade inaugura um tipo de sociedade que é fortemente orientada por seus projetos. A utopia da modernidade, em certa medida, prevê e legitima isto. Como decorrência, as crises vivenciadas no plano da infra-estrutura derivam numa problematização no plano da superestrutura, ou seja, derivam em movimentos em prol da reformulação do projeto coletivo. Em alguns casos, a intenção da reformulação do projeto coletivo pode estar desvinculada de uma crise objetiva desde que o projeto alternativo se apresente como mais promissor do que aquele em curso.

O que se observa na literatura examinada é que a produção teórica sobre a modernidade nasce de uma pressuposta crise no plano vivencial; denunciada nos efeitos indesejados resultantes da colonização do mundo vivido, na angústia e incerteza da civilização moderna, na inviabilidade do futuro... São tentativas de compreender o que está acontecendo e por que, que associam, em maior ou menor medida, esta crise com um projeto - o projeto da modernidade em sua inspiração Iluminista. Assim, por exemplo, alguns consideram a realidade vivenciada como produto da construção social inspirada por ideais iluministas. Outros vão considerar que não é possível fazer uma associação mecânica entre realidade e projeto devido a reflexividade da sociedade e a tendência aos efeitos imprevistos associados a cada intervenção social. Por outro lado, tendem a ser unânimes no sentido de afirmar que não há uma correspondência entre a realidade vivenciada e o prospecção apresentada pelos utópicos, caracterizada como uma situação de bem-estar, segurança e prosperidade. Ou seja, o caminho não leva àquele fim, mas a um mundo de conformação indesejável. Há um consenso também sobre a necessidade de sair da crise. Mas não há consenso sobre como fazer: alguns argumentam pelo abandono do projeto iluminista, outros propõe repensá-lo, adequando-o às exigências da modernidade, outros prosseguir nele.

Na América Latina, a realidade que vai ser concebida como fruto da modernidade é outra, caracterizada pela pobreza, paradoxos e autoritarismo. Interpreta-se tal fato com perplexidade pois percebe-se que a modernidade deu origem tanto a uma sociedade rica e equilibrada (percepção difundida sobre a realidade dos países industrializados) quanto a uma sociedade pobre e desequilibrada (latino-americanas). Disso deduz-se que o problema não estaria na modernidade em si, no seu projeto, mas no processo de sua consolidação no contexto latinoamericano.

Desta maneira, valorando positivamente a realidade dos países industrializados e julgando inadequada a experiência latinoamericana, tende-se a prosseguir almejando a concretização do projeto da modernidade. Algumas ressalvas são incorporadas como ajustes necessários sem questionar, entretanto, o projeto em si. Mas, como esclarecem vários autores, não há unicidade de vozes: os intelectuais tendem à

percepção crítica sobre a realidade dos países industrializados e por isso reivindicam a superação do projeto da modernidade e grupos excluídos social e etnicamente tendem a constituir forças contra o processo modernizante. Por outro lado, a inexistência de grandes utopias alternativas e a história de dominação e subjugação que influenciaria a concepção identitária deste povo, bem como a indústria cultural viriam reforçar as tendências modernizantes. A partir desta conjunção de forças, difundem-se “modernidades” mais do que instaura-se a modernidade global (Lee, 1994).

No plano da discussão econômica esta identificação entre realidade e projeto é ainda mais íntima. Cada crise é considerada crise de um projeto (baseado em um modelo) e sua solução passa por um novo projeto -que exige novo modelo.

O histórico das “crises” percebidas remete a um primeiro momento em que vai se perceber que um conjunto de países não apresenta uma dinâmica “normal”. A industrialização “natural” estava por demais atrasada e parecia não vir a ocorrer. Os indicadores sociais, comparativamente a outros países, demonstravam que a situação poderia ser melhorada substancialmente. Em seguindo este rumo, as tendências futuras eram de maior pobreza. Criam-se assim, as condições de percepção da realidade como uma realidade crítica, e legitima-se a ação transformadora. Sucedem versões, estratégias, prospecções e pactos sobre uma hierarquização de problemas prioritários, passíveis de solução com a adoção das medidas previstas. A permanência de um conjunto significativo de problemas ou a emergência de problemas novos e relevantes levará ao questionamento do projeto e, em última instância, do modelo. Como resultado, emergem novas versões ou ganham forças antigas versões alternativas e o processo se sucede. A falta de modelos e projetos, neste contexto, torna-se um problema altamente significativo dado que a dinâmica social parece depender destes suportes ideológicos.

A situação vivida hoje parece caracterizar o final de um período de transição. Há um grande esforço no sentido de congregar forças para a consolidação de um projeto nacional, considera-se que grande parte dos limitantes do desenvolvimento são fatores internos (e que por isso podem ser superados a partir deste esforço) e que o caminho é adotar estratégias de inserção no mercado mundial. Aparentemente, há um relativo consenso. Entretanto, este aparente consenso se constrói sobre grandes discensos. Um deles se refere ao questionamento acerca da capacidade dos modelos que, alega-se, não conseguem prever as intervenções necessárias para desencadear uma dinâmica desejada. Isto se deveria ao fato de que tendem a ser excessivamente reducionistas quanto ao número de fatores e dimensões consideradas, traduzem mal a complexidade causal e tendem a generalizações excessivas. Alguns alegam que isso ocorre porque ainda não se conhece o suficiente, mas a previsão é possível, enquanto outros julgam que se pode prever dentro de quadros limitados no plano espaço-temporal, outros que se pode prever desde que se dê maior atenção as especificidades empíricas e outros de que não é possível prever a dinâmica social, que é intrinsecamente indeterminada.

Se esta “nova saída” está fundamentada em modelos interpretativos e eles tem todas estas falhas em que medida tem possibilidade de sucesso? Outros fatores que tem contribuído para gerar insegurança em torno desta dinâmica refere-se a tendência de que os modelos sejam utilizados mais para legitimar decisões políticas, do que para orientar estratégias... A leitura do sucesso coreano pelos neoliberais aponta o sucesso do não intervencionismo estatal enquanto que a leitura do mesmo caso pelos neoestruturalistas aponta o sucesso como derivado do grande intervencionismo estatal... Nestes casos, o comprometimento do modelo com as experiências empíricas é bastante fraco. Ainda, dada a importância de um projeto (um modelo) para a manutenção da ordem social, não há como esperar a ciência chegar a qualquer consenso. Em caso de insucesso, é só substituir o modelo, mas a ordem estará mantida até lá...

Diante do exposto, convém desconfiar das “crises” e dos “modelos”... A fé incondicional, motivadora da ação voluntarista “kamikaze” voltada para resolver uma crise, utilizando um modelo, aparece mais como fruto de um desejo patológico de alienação do que o fruto da reflexão sobre as experiências de desenvolvimento vivenciadas.

Referências bibliográficas

- BOUDON, R., Bourricaud, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- CALDERON, F., Hopenhayn, M., Ottone, E. Una perspectiva cultural de las propuestas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, n.52, p.191-205, abril 1994.
- CARDOSO, F. H. **As Ideias e seu lugar**: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993 Cap. I: A originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento; Cap. IV: Por um outro desenvolvimento.
- CARDOSO, F. H. Perspectivas de Desarrollo y medio ambiente: el caso del Brasil. In: Sunkel, O., Gligo, N. (org.) **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la America Latina**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1991. 661 p. 2v. v.2. p.312-340.
- CEPAL. **Organizacion Industrial, Competitividad Internacional y Política Pública en la década de los años noventa**. CEPAL/ ONUDI, 31 de dezembro 1993.
- DOSSE, F. **Historia do Estruturalismo**. v.2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio, Campinas: UNICAMP, 1994.
- FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. 88p.
- FRANK, A. G. América Latina al margen del sistema mundial; historia y presente, p.23-34.
- FREITAG, B. Habermas e a Filosofia da Modernidade. São Paulo, **Perspectivas**, n.16, p.23-45, 1993.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GOLDSTEIN, Lidia. **Repensando a Dependência**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia)
- HIRSCHMAN, A. Auge y Ocaso de la teoria economica del Desarrollo.
- HUNT, D. **Economic Theories of Development**; An analysis of competing paradigms. New York: Harvester Wheatsheaf

- HURTIENNE, T. Theories of Development, Differentiation of the Periphery and Development Strategies of the NICs. 1989
- IGLESIAS, E. V. La Difícil Inserción Internacional de America Latina. **Pensamiento Iberoamericano**, n.19, p.37-54, 1991.
- KAY, C. The Latin American contribution in perspective. In:---. **Theories of Development and Underdevelopment**.
- KENNEDY, P. Preparando-se para o século XXI; vencedores e perdedores. **Política Externa**, v.2, n.1, p.11-42, junho 1993.
- KUNTZ, R. N. **Capitalismo e Natureza**: ensino sobre os fundadores da economia política. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEE, R. L. M. Modernization, Postmodernism and the Third World. **Current Sociology**,v. 42, n.2, p.1-63, summer 1994.
- NASCIMENTO, E. P. Paradoxos da Modernidade. **Humanidades**, Brasília, v.9, n.2, p.195-200, 1994.
- PEET, R. Mapas do Mundo no fim da História. In: Santos, M. et al. **O Novo Mapa do Mundo**; fim do século e globalização. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p.46-65
- PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do Novo Desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1981.
- ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. A verdade e a ilusão do pós-modernismo. p.229-277
- SENGHAAS, D. European Development and the Third World; An Assessment
- SIMON, L. H., Ruccio, D. F. A Methodological Analysis of Dependency Theory: Explanation in Andre Gunder Frank. **World Development**, Great Britain, v. 14, n.2, p.195-209, 1986.
- SOUZA, N. M. e **Modernidade: Desacertos de um consenso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- VANDERGEEST, P., Buttel, F. H. Marx, Weber, and Development Sociology: Beyond the Impasse. **World Development**, Great Britain, v.16, n.6, p.683-695, 1988.
- YURJEVIC, A. Marco Conceptual para Definir un Desarrollo de Base Humano y Ecológico. **Agroecologia y Desarrollo**, p.2-15, 1994.
- WILBER, C. K., Francis, S. The Methodological Basis of Hirschman's Development Economics: Pattern Model vs General Laws. **World Development**, Great Britain, v.14, n.2, p.181-194, 1986.